

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	20
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	21
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	25
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	26
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	27
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	47
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	122
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	126
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	127
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	128
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	61.766.787
Preferenciais	0
Total	61.766.787
Em Tesouraria	
Ordinárias	9.788
Preferenciais	0
Total	9.788

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	934.326	581.537	386.921
1.01	Ativo Circulante	573.031	238.859	140.016
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.370	4.145	3.871
1.01.03	Contas a Receber	68.592	51.872	42.374
1.01.03.01	Clientes	68.592	51.872	42.374
1.01.04	Estoques	116.112	52.136	77.049
1.01.06	Tributos a Recuperar	61.139	53.212	2.328
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	61.139	53.212	2.328
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	323.818	77.494	14.394
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	796	796
1.01.08.03	Outros	323.818	76.698	13.598
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	316.442	68.920	3.136
1.01.08.03.02	Outros	7.376	7.778	10.462
1.02	Ativo Não Circulante	361.295	342.678	246.905
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.031	38.195	62.427
1.02.01.04	Contas a Receber	140	814	794
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	140	814	794
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	2.005	3.447	26.093
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	2.005	3.447	26.093
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.886	33.934	35.540
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	1.781	25.086	25.128
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais e Incentivos Fiscais	7.105	8.848	10.412
1.02.02	Investimentos	205.399	192.425	139.481
1.02.02.01	Participações Societárias	205.399	192.425	139.481
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	205.399	192.425	139.481
1.02.03	Imobilizado	144.313	110.951	44.861
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	113.933	109.383	43.984
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	119.452	114.902	122.981
1.02.03.01.02	Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado	-5.519	-5.519	-78.997

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	30.380	1.568	877
1.02.04	Intangível	552	1.107	136
1.02.04.01	Intangíveis	552	1.107	136
1.02.04.01.02	Software	552	1.107	2.168
1.02.04.01.06	Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável do Intangível Software	0	0	-2.032

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	934.326	581.537	386.921
2.01	Passivo Circulante	204.197	179.659	206.841
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.692	15.746	11.773
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.696	3.559	3.326
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.996	12.187	8.447
2.01.02	Fornecedores	33.096	31.434	34.951
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	32.880	23.675	24.879
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	216	7.759	10.072
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.411	21.235	11.716
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.022	16.124	7.630
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.638	595	0
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	15.384	15.529	7.630
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	5.338	5.068	4.042
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	51	43	44
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	0	37.689
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	37.689
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	37.689
2.01.05	Outras Obrigações	120.339	108.662	108.090
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	69.703	71.753	85.951
2.01.05.02	Outros	50.636	36.909	22.139
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	24.346	0	0
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	26.290	36.909	22.139
2.01.06	Provisões	3.659	2.582	2.622
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.659	2.582	2.622
2.01.06.01.05	Provisões para Benefícios Pós Emprego	3.659	2.582	2.622
2.02	Passivo Não Circulante	166.884	186.978	182.902
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	9.327	9.327
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	9.327	9.327
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	9.327	9.327

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.02	Outras Obrigações	55.666	67.412	74.465
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	37.201	44.178	49.089
2.02.02.02	Outros	18.465	23.234	25.376
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	12.249	15.938	17.712
2.02.02.02.05	Obrigações com pessoal	6.216	7.230	7.664
2.02.02.02.06	Outras Contas a pagar	0	66	0
2.02.03	Tributos Diferidos	11.184	12.117	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.184	12.117	0
2.02.04	Provisões	100.034	98.122	99.110
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	53.543	62.495	61.385
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.205	13.022	12.455
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	48.493	45.198	44.952
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.845	4.275	3.978
2.02.04.02	Outras Provisões	46.491	35.627	37.725
2.02.04.02.04	Provisões para Benefício Pós Emprego	36.209	32.378	37.725
2.02.04.02.05	Provisão para perdas em investimentos	10.282	3.249	0
2.03	Patrimônio Líquido	563.245	214.900	-2.822
2.03.01	Capital Social Realizado	438.082	385.537	338.967
2.03.02	Reservas de Capital	69.753	20.512	19.263
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-174	-174	-174
2.03.02.07	Subvenção para Investimento	69.927	20.686	19.437
2.03.04	Reservas de Lucros	75.859	-85	0
2.03.04.01	Reserva Legal	8.221	0	0
2.03.04.02	Reserva Estatutária	8.221	0	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	59.417	-85	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-162.409	-319.912
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-20.449	-28.655	-41.140

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	795.431	513.874	417.072
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-512.711	-385.450	-362.407
3.03	Resultado Bruto	282.720	128.424	54.665
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	16.247	38.059	-39.563
3.04.01	Despesas com Vendas	-51.934	-37.443	-35.631
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-56.715	-45.675	-44.566
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	0	21.320
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.827	52.061	6.466
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.279	49.193	-3.870
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	118.348	19.923	16.718
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	298.967	166.483	15.102
3.06	Resultado Financeiro	-2.731	13.324	-2.281
3.06.01	Receitas Financeiras	4.273	24.170	15.115
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.004	-10.846	-17.396
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	296.236	179.807	12.821
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-26.859	-21.056	-25.468
3.08.01	Corrente	-27.793	-8.939	0
3.08.02	Diferido	934	-12.117	-25.468
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	269.377	158.751	-12.647
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	269.377	158.751	-12.647

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	269.377	158.751	-12.647
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	12.485	-7.117
4.02.01	Ganho/ (perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	-6.708	6.745	3.320
4.02.03	Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	14.914	5.740	-10.437
4.03	Resultado Abrangente do Período	277.583	171.236	-19.764

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-186.443	-3.223	-13.340
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	179.734	104.615	-44.521
6.01.01.01	Prejuízo/Lucro antes do IRPJ e CSLL	296.236	179.807	12.821
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-118.349	-19.923	-16.718
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	10.854	8.520	5.808
6.01.01.04	Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	0	-684	0
6.01.01.05	Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	530	-188	609
6.01.01.06	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-8.952	3.399	-4.882
6.01.01.07	Dação de Imóveis	0	0	-16.282
6.01.01.08	Encargos financeiros, variação monetária e cambial	2.412	2.539	10.683
6.01.01.09	Rendimentos de aplicações financeiras	0	0	-5
6.01.01.11	Deságio dívida - Recuperação Judicial	0	0	-12.880
6.01.01.12	Baixa de depósitos judiciais	0	0	-117
6.01.01.13	Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	-1.197	-1.199	-2.558
6.01.01.14	Perda estimada para redução ao valor recuperável dos ativos	0	-71.636	-21.586
6.01.01.15	Ganho com a remensuração de investimento	0	0	-3.297
6.01.01.16	Provisão para benefício pós-emprego	-1.800	3.980	3.651
6.01.01.18	Provisão para reestruturação	0	0	498
6.01.01.20	Demais provisões	0	0	-266
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-366.177	-107.838	31.181
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-17.249	-7.442	3.531
6.01.02.02	Partes relacionadas a receber	-247.394	-67.397	5.741
6.01.02.03	Estoques	-62.779	26.112	-7.062
6.01.02.04	Impostos a recuperar	17.735	-50.844	1.179
6.01.02.05	Depósitos judiciais	1.743	-197	-2.637
6.01.02.06	Disponível para venda	796	0	0
6.01.02.07	Outros ativos	1.076	2.667	-2.667
6.01.02.08	Fornecedores	1.197	-3.517	7.859
6.01.02.09	Partes relacionadas a pagar	-10.999	-20.974	44.685

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.10	Obrigações fiscais a recolher	-4.447	7.150	-6.435
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	5.932	3.539	-746
6.01.02.12	Outros passivos	-10.683	14.836	-6.619
6.01.02.13	Juros pagos	0	-327	-2.203
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-26.213	-8.294	0
6.01.02.15	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-14.892	0	0
6.01.02.16	Benefício pós-emprego	0	-2.622	-2.640
6.01.02.17	Gastos com reestruturação	0	0	-805
6.01.02.19	Pagamento de contingências	0	-528	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	84.995	-5.130	-5.192
6.02.01	Mútuo com empresa ligada a receber	1.335	0	0
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-43.662	-5.130	-5.192
6.02.04	Dividendos	127.322	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	100.673	8.627	15.965
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	569	29.452	161.067
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-9.896	-67.395	-149.795
6.03.05	Dividendos	0	0	-23
6.03.06	Aumento de capital social	110.000	46.570	4.716
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-775	274	-2.567
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.145	3.871	6.438
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.370	4.145	3.871

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	385.537	-174	20.601	-162.409	-28.655	214.900
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	385.537	-174	20.601	-162.409	-28.655	214.900
5.04	Transações de Capital com os Sócios	52.545	0	0	18.217	0	70.762
5.04.01	Aumentos de Capital	110.000	0	0	0	0	110.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-24.320	0	-24.320
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.918	0	-14.918
5.04.08	Diminuição de Capital com absorção de prejuízo acumulado	-57.455	0	0	57.455	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	269.377	8.206	277.583
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	269.377	0	269.377
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.206	8.206
5.05.02.06	Perda na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	8.206	8.206
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	125.185	-125.185	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	75.944	-75.944	0	0
5.06.04	Subvenção para investimentos	0	0	49.241	-49.241	0	0
5.07	Saldos Finais	438.082	-174	145.786	0	-20.449	563.245

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	338.967	-174	19.437	-319.912	-41.140	-2.822
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	338.967	-174	19.437	-319.912	-41.140	-2.822
5.04	Transações de Capital com os Sócios	46.570	0	1.164	-1.248	12.485	58.971
5.04.01	Aumentos de Capital	46.570	0	0	0	0	46.570
5.04.08	Subvenção para investimentos	0	0	1.248	-1.248	0	0
5.04.09	Ganho na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	12.485	12.485
5.04.10	Ganho/perda no investimento após aumento de capital em controladas	0	0	-85	0	0	-85
5.04.11	Dividendos prescritos	0	0	1	0	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	158.751	0	158.751
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	158.751	0	158.751
5.07	Saldos Finais	385.537	-174	20.601	-162.409	-28.655	214.900

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	334.251	19.263	0	-307.264	-34.023	12.227
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	334.251	19.263	0	-307.264	-34.023	12.227
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.716	0	0	0	-7.117	-2.401
5.04.01	Aumentos de Capital	4.716	0	0	0	0	4.716
5.04.09	Perda na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	-7.117	-7.117
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.648	0	-12.648
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-12.648	0	-12.648
5.05.02.06	Prejuízo líquido do período	0	0	0	-12.647	0	-12.647
5.05.02.07	Absorção do prejuízo do exercício	0	0	0	-1	0	-1
5.07	Saldos Finais	338.967	19.263	0	-319.912	-41.140	-2.822

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	1.040.957	679.334	557.080
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.043.810	678.974	554.486
7.01.02	Outras Receitas	-2.323	172	3.297
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-530	188	-703
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-488.990	-309.643	-411.894
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-331.508	-255.493	-260.091
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-156.845	-124.321	-117.982
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	71.636	-30.867
7.02.04	Outros	-637	-1.465	-2.954
7.03	Valor Adicionado Bruto	551.967	369.691	145.186
7.04	Retenções	-10.854	-8.520	-5.808
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.854	-8.520	-5.808
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	541.113	361.171	139.378
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	133.266	44.486	32.755
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	118.348	19.923	16.718
7.06.02	Receitas Financeiras	4.273	24.170	15.115
7.06.03	Outros	10.645	393	922
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	674.379	405.657	172.133
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	674.379	405.657	172.133
7.08.01	Pessoal	98.700	78.628	73.798
7.08.01.01	Remuneração Direta	66.450	50.089	50.804
7.08.01.02	Benefícios	27.469	24.421	18.510
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.781	4.118	4.484
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	289.742	150.473	87.208
7.08.02.01	Federais	162.947	66.804	68.808
7.08.02.02	Estaduais	124.644	81.552	15.849
7.08.02.03	Municipais	2.151	2.117	2.551
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.560	17.805	23.774
7.08.03.01	Juros	7.004	10.846	17.396

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03.02	Aluguéis	9.556	6.959	6.378
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	269.377	158.751	-12.647
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	14.918	0	0
7.08.04.02	Dividendos	24.320	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	230.139	158.751	-12.647

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	1.011.931	745.268	545.587
1.01	Ativo Circulante	740.202	486.081	232.558
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	218.864	81.175	9.032
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	326
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	0	326
1.01.03	Contas a Receber	153.229	89.938	56.738
1.01.03.01	Clientes	153.229	89.938	56.738
1.01.04	Estoques	185.268	73.470	104.921
1.01.06	Tributos a Recuperar	126.392	88.986	23.496
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	126.392	88.986	23.496
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	56.449	152.512	38.045
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	4.845	109.339	8.415
1.01.08.03	Outros	51.604	43.173	29.630
1.01.08.03.02	Outros	51.604	43.173	29.630
1.02	Ativo Não Circulante	271.729	259.187	313.029
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	30.482	58.315	73.656
1.02.01.04	Contas a Receber	1.595	2.270	2.250
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.595	2.270	2.250
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	28.887	56.045	71.406
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	10.629	34.694	40.834
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais e Incentivos Fiscais	10.500	12.202	19.362
1.02.01.10.05	Ativo de direito uso	7.758	9.149	11.210
1.02.03	Imobilizado	240.643	199.730	238.789
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	196.122	194.603	233.932
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	227.864	231.178	347.880
1.02.03.01.02	Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado	-31.742	-36.575	-113.948
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	44.521	5.127	4.857
1.02.04	Intangível	604	1.142	584
1.02.04.01	Intangíveis	-15.934	-15.396	-15.954

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
1.02.04.01.02	Software	720	1.359	3.033
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	957	957	956
1.02.04.01.06	Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável do Intangível	-17.611	-17.712	-19.943
1.02.04.02	Goodwill	16.538	16.538	16.538

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	1.011.931	745.268	545.587
2.01	Passivo Circulante	208.855	221.245	228.576
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.530	19.981	15.650
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.436	5.189	4.918
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	24.094	14.792	10.732
2.01.02	Fornecedores	50.201	60.536	59.719
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	46.453	50.013	45.994
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	3.748	10.523	13.725
2.01.03	Obrigações Fiscais	34.919	31.029	19.559
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.591	28.490	15.283
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.045	5.000	89
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	21.546	23.490	15.194
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.246	2.466	4.214
2.01.03.02.01	Obrigações Fiscais Estaduais	4.246	2.466	4.214
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	82	73	62
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.911	0	49.812
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.911	0	49.812
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.911	0	43.275
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	6.537
2.01.05	Outras Obrigações	82.443	102.488	76.718
2.01.05.02	Outros	82.443	102.488	76.718
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	24.355	0	0
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	51.516	98.382	74.623
2.01.05.02.06	Obrigações de arrendamento	6.572	4.106	2.095
2.01.06	Provisões	7.851	7.211	7.118
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.851	7.211	7.118
2.01.06.01.05	Provisão para Benefícios Pós Emprego	7.851	7.211	7.118
2.02	Passivo Não Circulante	239.721	309.012	319.789
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	33.485	66.388	63.762

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	33.485	66.388	63.762
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	33.485	66.388	63.762
2.02.02	Outras Obrigações	41.114	56.498	25.930
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	-41.933
2.02.02.02	Outros	41.114	56.498	67.863
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	32.893	42.356	48.774
2.02.02.02.05	Obrigações com pessoal	7.007	9.006	9.974
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	0	66	0
2.02.02.02.07	Obrigações de arrendamento	1.214	5.070	9.115
2.02.03	Tributos Diferidos	10.871	12.702	241
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.871	12.702	241
2.02.04	Provisões	154.251	173.424	229.856
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	71.205	81.613	86.620
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.265	18.509	18.915
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	61.103	53.753	58.616
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	8.837	9.351	9.089
2.02.04.02	Outras Provisões	83.046	91.811	143.236
2.02.04.02.04	Provisão para desmobilização de mina	9.273	7.125	6.817
2.02.04.02.05	Provisão para perdas em investimentos	0	0	41.933
2.02.04.02.06	Provisões para Benefício Pós Emprego	73.773	84.686	94.486
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	563.355	215.011	-2.778
2.03.01	Capital Social Realizado	438.082	385.537	338.967
2.03.02	Reservas de Capital	69.753	20.512	19.263
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-174	-174	-174
2.03.02.07	Subvenção para Investimento	69.927	20.686	19.437
2.03.04	Reservas de Lucros	75.859	-85	0
2.03.04.01	Reserva Legal	8.221	0	0
2.03.04.02	Reserva Estatutária	8.221	0	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	-85	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	59.417	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-162.409	-319.912
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-20.449	-28.655	-41.140
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	110	111	44

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.123.125	683.423	488.671
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-632.075	-456.079	-420.101
3.03	Resultado Bruto	491.050	227.344	68.570
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-145.401	-38.730	-31.169
3.04.01	Despesas com Vendas	-94.141	-60.499	-50.698
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-96.855	-82.320	-69.174
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	0	10.233
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	171.829	71.411	71.253
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-126.234	32.678	-3.549
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	10.766
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	345.649	188.614	37.401
3.06	Resultado Financeiro	1.375	5.037	7.038
3.06.01	Receitas Financeiras	38.721	43.850	42.053
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.346	-38.813	-35.015
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	347.024	193.651	44.439
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-77.578	-34.918	-57.065
3.08.01	Corrente	-79.409	-22.457	-16.729
3.08.02	Diferido	1.831	-12.461	-40.336
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	269.446	158.733	-12.626
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	269.446	158.733	-12.626
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	269.377	158.751	-12.647
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	69	-18	21
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,3612	3,0723	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,3612	3,0723	-0,3975

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	269.446	158.733	-12.626
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	12.485	-7.117
4.02.01	Ganho/ (perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	8.206	12.485	-7.117
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	277.652	171.218	-19.743
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	277.583	171.236	-19.764
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	69	-18	21

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	118.370	88.431	7.136
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	350.336	154.396	-17.410
6.01.01.01	Lucro antes do IRPJ e CSLL	347.024	193.651	44.439
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	0	0	-10.766
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	16.421	20.438	18.514
6.01.01.04	Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	2.529	-2.784	3.208
6.01.01.05	Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	446	512	941
6.01.01.06	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-10.408	3.316	-27.889
6.01.01.07	Dação de Imóveis	0	0	-40.400
6.01.01.08	Encargos financeiros, variação monetária e cambial	3.441	3.679	13.944
6.01.01.09	Rendimentos de aplicações financeiras	0	0	-13
6.01.01.10	Amortização do direito de uso	0	0	1.296
6.01.01.12	Baixa de depósitos judiciais	0	0	-97
6.01.01.13	Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	-7.007	-3.078	-2.294
6.01.01.14	Perda estimada para redução ao valor recuperável dos ativos	-2.191	-71.629	-2.959
6.01.01.15	Ganho com a remensuração de investimento	0	0	-3.297
6.01.01.16	Provisão para benefício pós-emprego	-2.067	9.983	17.131
6.01.01.17	Provisão para desmobilização da mina	2.148	308	-6.111
6.01.01.18	Provisão para reestruturação	0	0	498
6.01.01.19	Deságio dívida - Recuperação Judicial	0	0	-23.216
6.01.01.20	Demais provisões	0	0	-339
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-231.966	-65.965	24.546
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-62.801	-31.889	76.578
6.01.02.02	Partes relacionadas a receber	0	0	18.709
6.01.02.03	Estoques	-104.791	34.529	3.201
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-16.421	-59.583	9.084
6.01.02.05	Depósitos judiciais	1.702	-592	-3.442
6.01.02.06	Disponível para venda	104.494	0	0
6.01.02.07	Outros ativos	-7.756	-11.276	-377

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.08	Fornecedores	-10.156	1.106	11.456
6.01.02.09	Partes relacionadas a pagar	0	0	-16.051
6.01.02.10	Obrigações fiscais a recolher	-8.669	3.569	-13.976
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	7.550	3.363	-10.906
6.01.02.12	Outros passivos	-46.923	23.825	-24.555
6.01.02.13	Juros pagos	0	-502	-7.418
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-73.303	-20.739	-2.853
6.01.02.15	Dividendos e JCP a pagar	-14.892	0	0
6.01.02.16	Benefício pós-emprego	0	-7.204	-5.949
6.01.02.17	Gastos com reestruturação	0	0	-843
6.01.02.19	Pagamento de contingências	0	-572	0
6.01.02.20	Gastos com desmobilização da mina	0	0	-8.112
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-55.743	-11.444	-7.501
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-55.743	-11.444	-9.038
6.02.09	Caixa combinação negócios CSC	0	0	1.537
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	75.062	-5.170	542
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	1.594	48.556	688.311
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-33.802	-99.162	-690.017
6.03.05	Aumento de capital	110.000	46.570	4.716
6.03.07	Dividendos	0	0	-23
6.03.08	Operações com Arrendamento	-2.730	-1.134	-2.445
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	137.689	71.817	177
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	81.175	9.358	9.181
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	218.864	81.175	9.358

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	385.537	-174	20.601	-162.409	-28.655	214.900	111	215.011
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	385.537	-174	20.601	-162.409	-28.655	214.900	111	215.011
5.04	Transações de Capital com os Sócios	52.545	0	0	18.217	0	70.762	-70	70.692
5.04.01	Aumentos de Capital	110.000	0	0	0	0	110.000	0	110.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-24.320	0	-24.320	-70	-24.390
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.918	0	-14.918	0	-14.918
5.04.08	Diminuição de Capital com absorção de prejuízo acumulado	-57.455	0	0	57.455	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	269.377	8.206	277.583	69	277.652
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	269.377	0	269.377	69	269.446
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.206	8.206	0	8.206
5.05.02.08	Perda na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	8.206	8.206	0	8.206
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	125.185	-125.185	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	75.944	-75.944	0	0	0	0
5.06.04	Subvenção para investimentos	0	0	49.241	-49.241	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	438.082	-174	145.786	0	-20.449	563.245	110	563.355

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	338.967	-174	19.437	-319.912	-41.140	-2.822	44	-2.778
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	338.967	-174	19.437	-319.912	-41.140	-2.822	44	-2.778
5.04	Transações de Capital com os Sócios	46.570	0	1.164	-1.248	12.485	58.971	85	59.056
5.04.01	Aumentos de Capital	46.570	0	0	0	0	46.570	0	46.570
5.04.08	Subvenção para investimentos	0	0	1.248	-1.248	0	0	0	0
5.04.09	Ganho na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	12.485	12.485	0	12.485
5.04.10	Ganho/perda no investimento após aumento de capital em controladas	0	0	-85	0	0	-85	85	0
5.04.11	Dividendos prescritos	0	0	1	0	0	1	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	158.751	0	158.751	-18	158.733
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	158.751	0	158.751	-18	158.733
5.07	Saldos Finais	385.537	-174	20.601	-162.409	-28.655	214.900	111	215.011

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	334.251	19.263	0	-307.264	-34.023	12.227	23	12.250
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	334.251	19.263	0	-307.264	-34.023	12.227	23	12.250
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.716	0	0	0	-7.117	-2.401	0	-2.401
5.04.01	Aumentos de Capital	4.716	0	0	0	0	4.716	0	4.716
5.04.09	Perda na atualização do plano de benefício definido	0	0	0	0	-7.117	-7.117	0	-7.117
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.648	0	-12.648	21	-12.627
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-12.648	0	-12.648	21	-12.627
5.05.02.06	Prejuízo líquido do período	0	0	0	-12.647	0	-12.647	21	-12.626
5.05.02.07	Absorção do prejuízo do exercício	0	0	0	-1	0	-1	0	-1
5.07	Saldos Finais	338.967	19.263	0	-319.912	-41.140	-2.822	44	-2.778

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	1.386.059	865.696	681.842
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.393.132	860.368	638.536
7.01.02	Outras Receitas	-6.627	5.840	44.157
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-446	-512	-851
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-621.154	-401.552	-450.851
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-417.278	-288.757	-305.214
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-208.875	-181.546	-116.699
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	5.645	70.332	-25.767
7.02.04	Outros	-646	-1.581	-3.171
7.03	Valor Adicionado Bruto	764.905	464.144	230.991
7.04	Retenções	-16.421	-19.277	-18.514
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.421	-19.277	-18.514
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	748.484	444.867	212.477
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	77.047	46.278	81.476
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	10.766
7.06.02	Receitas Financeiras	38.721	43.850	42.053
7.06.03	Outros	38.326	2.428	28.657
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	825.531	491.145	293.953
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	825.531	491.145	293.953
7.08.01	Pessoal	153.469	118.175	127.299
7.08.01.01	Remuneração Direta	103.481	75.217	78.647
7.08.01.02	Benefícios	43.168	37.695	41.385
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.820	5.263	7.267
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	344.064	165.816	133.882
7.08.02.01	Federais	224.207	86.648	112.457
7.08.02.02	Estaduais	116.792	76.121	16.799
7.08.02.03	Municipais	3.065	3.047	4.626
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	58.536	48.403	45.419
7.08.03.01	Juros	37.346	38.813	37.086

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03.02	Aluguéis	21.190	9.590	8.333
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	269.462	158.751	-12.647
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	14.918	0	0
7.08.04.02	Dividendos	24.320	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	230.155	158.769	-12.626
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	69	-18	-21

Sumário

Aviso aos Acionistas.....	2
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	2
Mensagem da Administração	4
Desempenho Operacional.....	5
Desempenho Financeiro Consolidado	9
Mercado de Capitais.....	15
Socioambiental (ESG).....	15
Eventos subsequentes.....	17
Auditores independentes	18
Declaração da diretoria.....	18
Agradecimentos.....	18

Aviso aos Acionistas

A Administração da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial (“Eternit” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Eternit, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicado ao contrário são apresentadas em milhares de reais, com base em números consolidados, elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras, notadamente a Lei n. 6.404/76 e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Prezados acionistas do Grupo Eternit,

A Companhia apresenta seus resultados do ano 2021, o melhor de sua história.

Disciplina e perseverança são palavras que resumem o empenho realizado pela Administração nos últimos cinco anos, quando iniciamos um processo de turnaround que permitiu enfrentarmos os principais problemas da Companhia e seus maiores desafios.

O ano 2020 foi um divisor de águas na vida de muitas empresas e, conosco, não foi diferente. Precisamos mudar rapidamente e fomos resilientes para completar a travessia.

2021 apresentou-se como um ano de oportunidades. Reforçamos nosso time de práticas “ESG”(Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Governança) com acompanhamento direto pelo Comitê Financeiro e Auditoria e participamos de diversas iniciativas de apoio a questões sociais que afetaram regiões, ou mesmo estados, onde operamos e impactamos as comunidades do nosso entorno.

Além disso, estamos atentos a questões relacionadas à Diversidade, Equidade e Inclusão, e programamos para 2022 um trabalho de letramento sobre essas questões, fundamentais para termos uma sociedade cada vez mais acolhedora.

Os eventos climáticos são cada vez mais frequentes no nosso planeta, que pede ajuda em face do aquecimento global. Fabricamos telhas de fibrocimento, a cobertura mais utilizada por populações de baixa renda e nos diversos momentos de adversidades climáticas não nos furtamos em prestar apoio na reconstrução de coberturas de residências em regiões de alta vulnerabilidade social afetadas por desastres da natureza.

Também iniciamos nossos estudos para a medição da emissão dos gases de efeito estufa das nossas operações e pretendemos, com a brevidade que o assunto requer, implantar iniciativas de redução das emissões dos escopos 1, 2 e 3, assim como projetos de captura de gás carbônico, como o manejo de florestas próprias, dentre outras iniciativas em estudo.

Nosso projeto de telhas fotovoltaicas, as telhas de concreto da Tégula Solar, e de fibrocimento da Eternit Solar, já estão em fase de testes em dezenas de residências e pequenas empresas e nossa aproximação com o mercado de geração distribuída de energia elétrica está cada vez mais consolidado. E o melhor, é um projeto de geração de energia limpa que poderá resultar, também, na geração de créditos de carbono no futuro.

A aquisição da CONFIBRA, fabricante de telhas de fibrocimento sediada em Hortolândia, no Estado de São Paulo, em 2021, foi um passo importante na direção da consolidação da liderança no mercado de coberturas e uma excelente oportunidade de integração operacional e captura de sinergias, inclusive com a utilização das fibras de polipropileno produzidas pela Eternit da Amazônia.

Essa aquisição, ainda em análise pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência, não seria possível sem o suporte dos acionistas da companhia, que compareceram na chamada de capital de R\$ 110.000.000,00 realizada em 2021, e para os quais manifestamos, novamente, o nosso agradecimento.

A Pandemia da Covid-19 segue afetando a vida de todos, o mundo mudou. No nosso ambiente seguimos atendendo a todas as recomendações de saúde e segurança no trabalho e temos um percentual muito baixo de colaboradores contaminados. Não podemos descuidar, precisamos vencer essa guerra, juntos!

A Companhia, através do seu Diretor de Relações com Investidores, e o Conselho de Administração, através do seu Presidente, seguirão disponíveis para o mercado e seus acionistas.

Atenciosamente,

Marcelo Gasparino da Silva

Presidente do Conselho de Administração

marcelo.gasparino@eternit.com.br

Mensagem da Administração

O ano de 2021 foi marcado pelo excelente desempenho operacional e financeiro da Companhia, impulsionado pela demanda aquecida do setor de material de construção, o que proporcionou um crescimento de 64% no seu Faturamento Líquido. Apesar da forte pressão dos preços de matérias-primas e demais insumos de produção, a Eternit demonstrou resiliência no seu desempenho, sustentada pela estratégia comercial de pulverização das vendas e aumento de cobertura geográfica.

Em 2021, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 337 milhões, registrando um dos melhores resultados da história da Companhia e superando em 176% o valor de 2020. A Margem EBITDA Ajustado alcançou 30%, a melhor performance em dez anos, superando em 10 p.p. o desempenho de 2012, o segundo melhor resultado do período. Da mesma forma, foi contabilizado um Lucro Líquido de R\$ 269 milhões, representando um expressivo crescimento de 70% em relação ao desempenho do ano anterior.

Dando continuidade ao programa de modernização do parque industrial de fibrocimento, a Companhia prosseguiu com as ampliações das unidades do Rio de Janeiro e de Goiânia, dentre outros projetos, que juntas representarão um adicional na capacidade produtiva de 7 mil toneladas por mês, cerca de 10% da capacidade atual da Eternit. A conclusão da ampliação da fábrica do Rio de Janeiro está prevista para o 1T22 e da fábrica de Goiânia para o 2T22.

No 3T21, foram realizadas as primeiras vendas das telhas fotovoltaicas de concreto BIG-F10, ainda de forma restrita a projetos selecionados, sendo cumprida mais uma etapa importante do programa de desenvolvimento do negócio. Em dezembro, a telha fotovoltaica de fibrocimento F-140 teve seu registro homologado pelo Inmetro, cumprindo assim a etapa final do processo de registro do novo produto.

No âmbito do Plano de Recuperação Judicial, em 2021, procedeu-se a liquidação financeira da alienação da UPI Louças Sanitárias (CSC) e a alienação do imóvel de Aparecida de Goiânia, tendo a Companhia recebido o montante de R\$ 122 milhões. Os recursos levantados foram destinados à quitação dos credores concursais da Opção A e B da Classe III, totalizando pagamentos no montante de R\$ 100,5 milhões. Assim, a dívida concursal da Eternit ao final do exercício de 2021 totalizou cerca de R\$ 45 milhões, dos quais R\$ 37 milhões se referem ao empréstimo contratado em 2014 junto ao Banco da Amazônia – BASA para implantação da unidade de fibra de polipropileno da Eternit Amazônia.

Em linha com a estratégia da Companhia de crescimento e consolidação setorial, em março, foi realizada a captação de R\$ 110 milhões através de aumento de capital, mediante emissão de ações para subscrição privada, sendo os recursos destinados à aquisição da Confibra. Em janeiro/22, a Companhia informou ao mercado através de Fato Relevante a celebração do contrato de compra e venda para aquisição da totalidade do capital social da Confibra. A aquisição representará um adicional de cerca de 20% na capacidade de produção de telhas de fibrocimento do Grupo Eternit.

Em novembro, foi anunciada a implantação de uma nova fábrica de telhas de fibrocimento na região Nordeste do país, na cidade de Caucaia-CE, representando um investimento de cerca de R\$ 165 milhões, com início de operação prevista para 2023. A nova unidade industrial terá capacidade inicial de 7 mil toneladas por mês, sendo possível, em uma segunda etapa, a sua duplicação utilizando a infraestrutura ora em construção.

A produção da fibra sintética de polipropileno (PP) na unidade de Manaus, insumo para produção de fibrocimento, totalizou 12 mil toneladas em 2021, registrando novo recorde de produção, 25% acima da capacidade de projeto. Diante da demanda aquecida no segmento de fibrocimento, da aquisição da Confibra e do projeto *greenfield* do Ceará, a Companhia anunciou ao mercado, em janeiro/22, a ampliação de capacidade da unidade de Manaus para 18.000 mil t/a, representando um adicional de cerca de 40% da capacidade atual. A conclusão da ampliação da fábrica de Manaus está prevista para o final de 2023, com investimento estimado de R\$ 24 milhões.

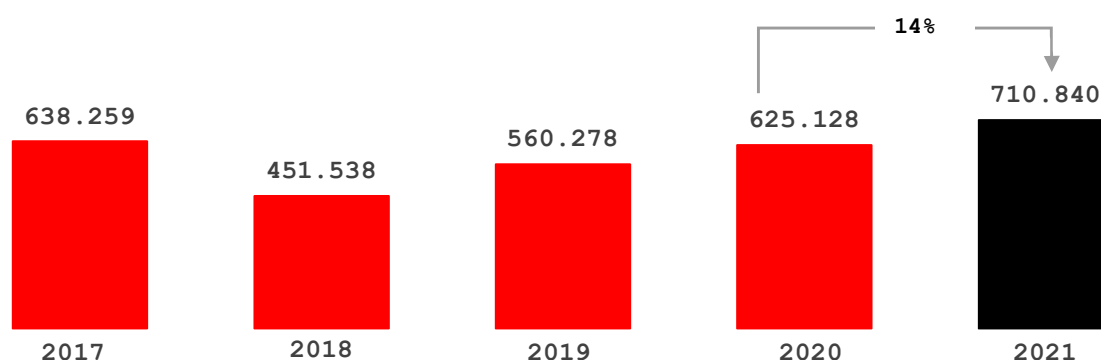
Por fim, após um período de seis anos, a Companhia voltou a realizar pagamento de juros sobre capital próprio aos seus acionistas, tendo distribuído no mês de dezembro R\$ 14,9 milhões.

Desempenho Operacional

| Eternit – Segmento Fibrocimento

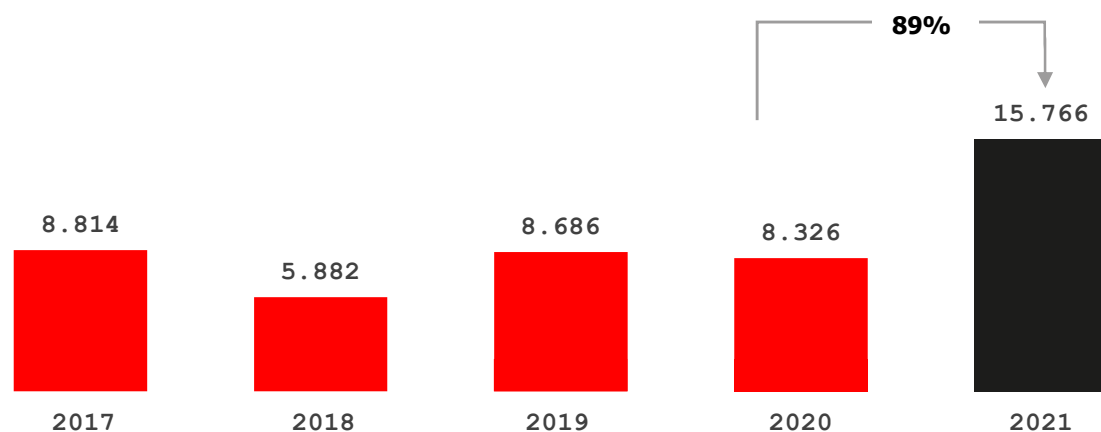
O volume de vendas de telhas em 2021 totalizou cerca de 711 mil toneladas, superior em 14% frente ao ano de 2020, registrando o melhor desempenho dos últimos cinco anos.

Vendas Telha de Fibrocimento (t)



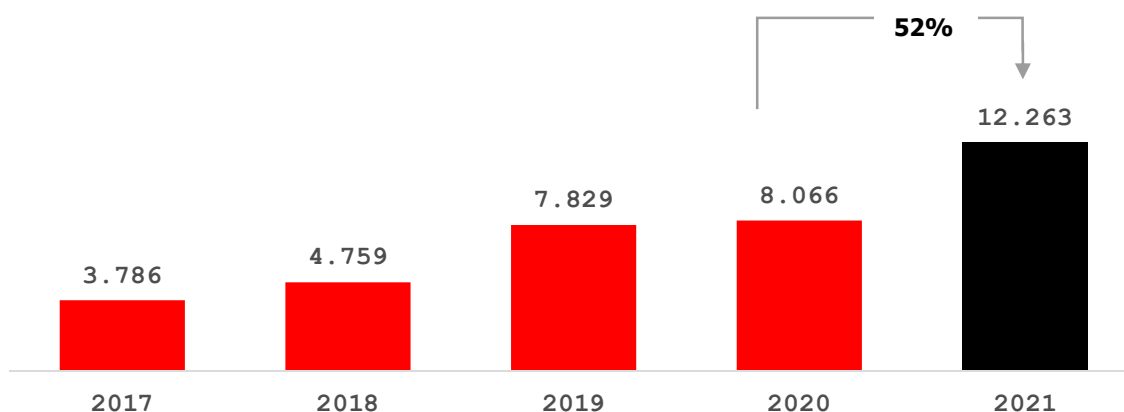
Reforçando a estratégia de diversificação de produtos de fibrocimento, o volume de vendas do segmento de sistemas construtivos, que contempla placas e painéis cimentícios, totalizou cerca de 16 mil toneladas em 2021, superior em 89% frente ao resultado de 2020.

Vendas de Sistemas Construtivos (t)



A unidade de Manaus, responsável pela produção de fibra de polipropileno (PP), operou a plena capacidade em 2021, totalizando cerca de 12 mil toneladas, novo recorde de produção, superando em 25% a capacidade de projeto. A produção de 2021 foi superior em 52% ao volume produzido em 2020.

Produção de Fibra de PP (t)



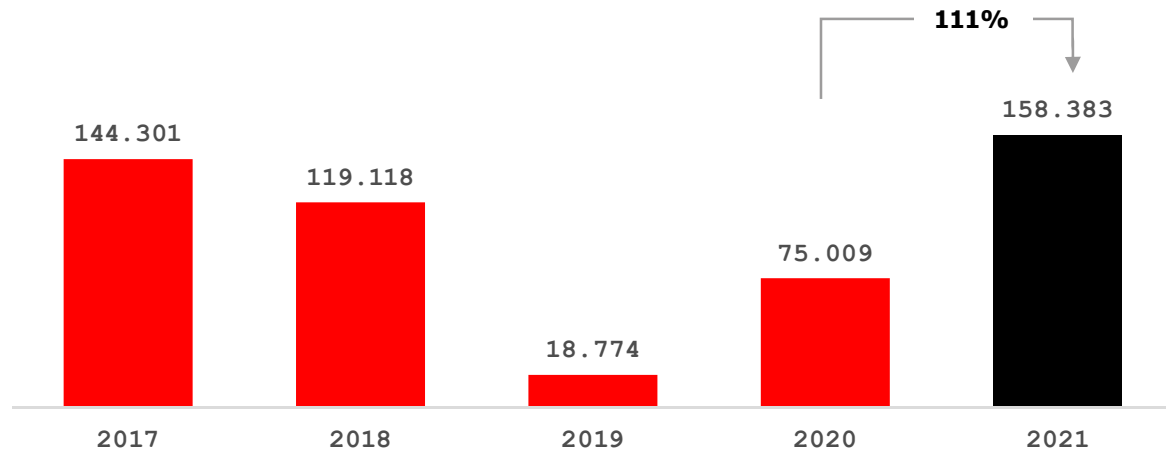
Apesar da forte pressão dos preços das matérias-primas ao longo de 2021 (celulose: +41%; resina de PP: +38%; cimento: +19%), a Companhia logrou êxito na estratégia de preservação da margem bruta, que considera a produção integrada de fibra de polipropileno. Em 2021, a margem bruta atingiu 39%, representando um ganho de 11 p.p. frente ao ano de 2020.

Fibrocimento - R\$ mil	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 2021vs2020
Receita líquida	467.856	355.581	421.681	519.989	837.049	61,0
Lucro bruto	89.757	30.939	71.107	143.302	326.099	127,6
Margem bruta	19%	9%	17%	28%	39%	11 p.p

| Sama – Segmento Mineral Criotila

Em 2021, foram exportadas cerca de 158 mil toneladas de fibra criotila, representando um crescimento de 111% em relação à 2020. Toda produção da fibra criotila foi destinada ao mercado externo, atividade amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, de 16/07/2019.

Vendas de Mineral Criotila (t)



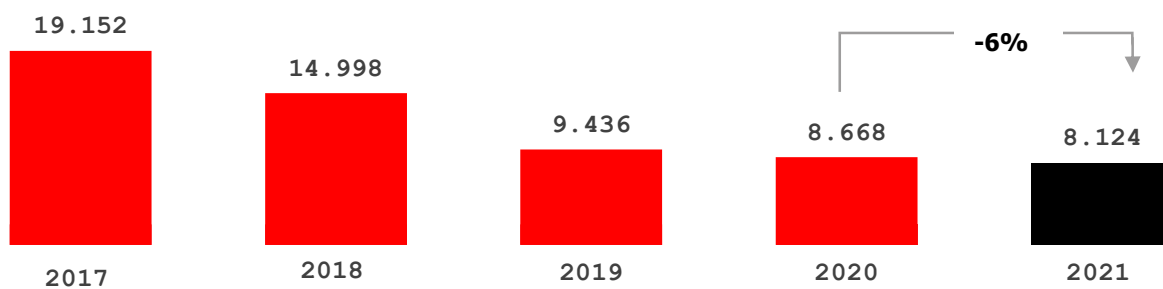
No ano de 2021, a margem bruta das exportações atingiu 62%, representando um recuo de 9 p.p. em relação ao ano de 2020.

Mineral Criotila - R\$ mil	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 2021vs2020
Receita líquida	163.383	155.830	26.306	133.698	268.738	101,0
Lucro bruto	81.186	76.514	507	94.566	165.649	75,2
Margem bruta	50%	49%	2%	71%	62%	(9) p.p

| Tégula – Segmento Telhas de Concreto

O volume vendido de telhas de concreto auferido em 2021 totalizou cerca de 8 milhões de peças de telhas, recuo de 6% frente ao ano de 2020.

Vendas Telhas de Concreto (mil peças)



Apesar da queda no volume de vendas no segmento de telhas de concreto, a margem bruta apurada foi de 18% em 2021, representado um ganho de 9 p.p. frente ao ano de 2020.

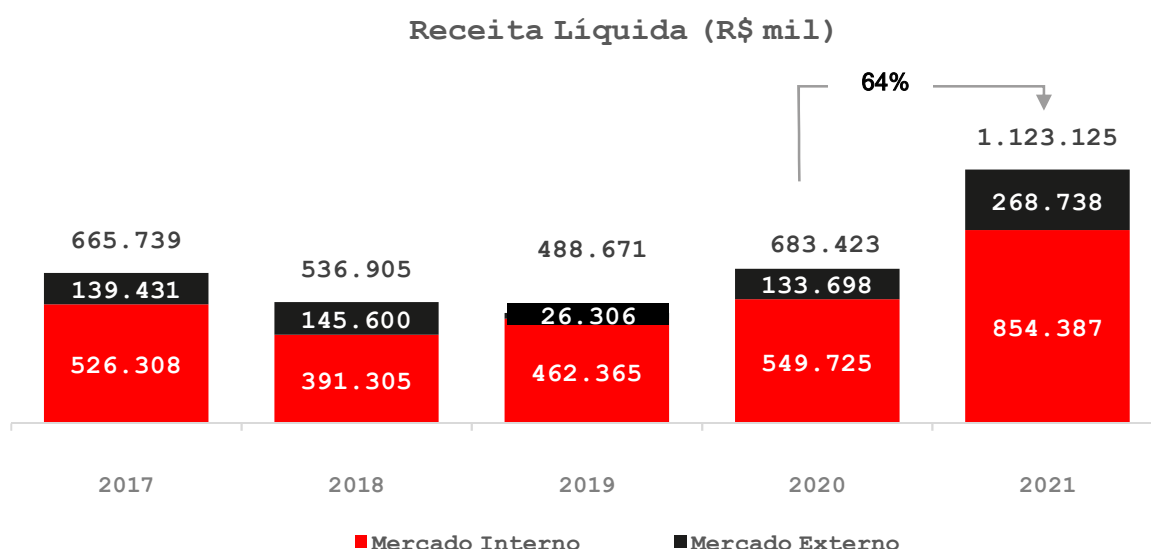
Telhas Concreto - R\$ mil	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 2021vs2020
Receita líquida	33.548	24.689	16.104	15.315	16.719	9,2
Lucro bruto	8.457	4.896	1.315	1.317	3.000	127,8
<i>Margem bruta</i>	<i>25%</i>	<i>20%</i>	<i>8%</i>	<i>9%</i>	<i>18%</i>	<i>9 p.p</i>

Desempenho Financeiro Consolidado

| Receita Líquida

A Receita Líquida totalizou R\$ 1,1 bilhão em 2021, aumento de 64% frente ao ano de 2020, tendo como destaque o bom desempenho no mercado interno, que atingiu uma Receita Líquida de R\$ 854 milhões em 2021, superior em 55% quando comparada ao ano de 2020.

A Receita Líquida das exportações, decorrentes da comercialização de fibra de crisotila, totalizaram R\$ 269 milhões, superior em 101% frente ao ano de 2020.



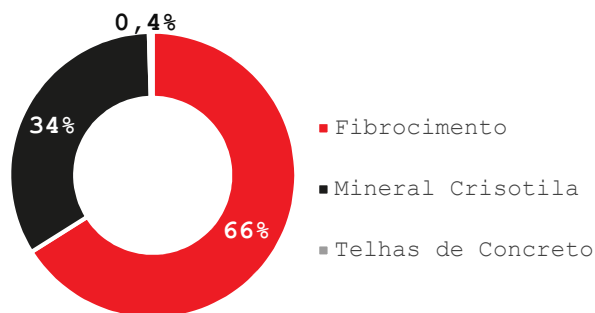
| Custo dos Produtos e Mercadorias Vendidos

No exercício de 2021, o CPV totalizou R\$ 632 milhões, aumento de 39% em relação ao ano de 2020. O crescimento registrado é resultado principalmente: (i) aumento expressivo no volume de vendas do segmento de fibrocimento e das exportações do crisotila; e (ii) forte alta nos preços das matérias-primas e demais insumos de produção (celulose: +41%; resina de PP: +38%; cimento: +19%).

Consolidado - R\$ mil	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 2021vs2020
Receita líquida	665.739	536.905	488.671	683.423	1.123.125	64,3
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(501.929)	(432.786)	(420.101)	(456.079)	(632.075)	38,6
Lucro bruto	163.810	104.119	68.570	227.344	491.050	116,0
Margem bruta	25%	19%	14%	33%	44%	11 p.p

| Lucro Bruto

Lucro Bruto 2021



Apesar da forte alta nos preços das matérias-primas, o Lucro Bruto atingiu R\$ 491 milhões em 2021, superior em 116% frente ao desempenho registrado em 2020. O segmento de fibrocimento, *core business* da Companhia, representou 66% do Lucro Bruto auferido no ano.

A Margem Bruta registrada em 2021 foi de 44%, representando um ganho de 11 p.p frente ao mesmo período de 2020.

| Despesas com vendas

Em 2021, as despesas com vendas cresceram 56% em relação ao ano de 2020 totalizando R\$ 94 milhões, fruto, principalmente, do aumento no volume de vendas nos segmentos de fibrocimento e mineral crisotila e da elevação das despesas variáveis de exportações.

No entanto, quando as despesas com vendas são analisadas em relação a receita líquida, nota-se que, em 2021, as despesas comerciais recuaram 1 p.p frente ao ano de 2020.

Consolidado - R\$ mil	2017	2018	2019	2020	2021	Var. %
Receita Líquida	665.739	536.905	488.671	683.423	1.123.125	64,3
Despesas com vendas	76.545	71.903	50.698	60.499	94.141	55,6
% da Receita Líquida	11%	13%	10%	9%	8%	- 1p.p.

| Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 97 milhões em 2021. A alta de 18% em relação ao ano de 2020 é decorrente, principalmente, do aumento na provisão de remuneração variável para colaboradores e administradores e devido à redução temporária de salários ocorrida no exercício de 2020, decorrente da aplicação da MP 936/2020 em função da pandemia da COVID-19.

Consolidado - R\$ mil	2017	2018	2019	2020	2021	Var.% 2021vs2020
Despesas com vendas	(76.545)	(71.903)	(50.698)	(60.499)	(94.141)	55,6
Despesas gerais e administrativas ⁽¹⁾	(76.748)	(84.128)	(69.174)	(82.320)	(96.855)	17,7
Outras receitas (despesas) operacionais	(210.392)	(38.347)	77.937	104.089	45.595	-56,2%
Total das despesas operacionais	(363.685)	(194.378)	(41.935)	(38.730)	(145.401)	275,4%

⁽¹⁾ Contempla remuneração da Administração

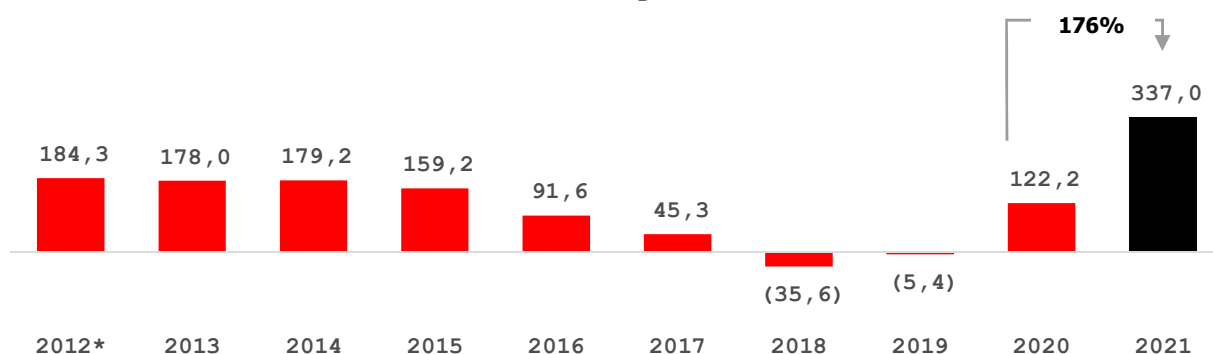
| Outras receitas (despesas) operacionais

As Outras Receitas (Despesas) Operacionais totalizaram um resultado positivo de R\$ 46 milhões no período de 2021, favorecidas pela venda do imóvel de Aparecida de Goiânia (R\$ 24 milhões), no âmbito do plano de recuperação judicial, pela contabilização de créditos tributários extemporâneos (R\$ 12 milhões) e pela reversão de contingências (R\$ 11 milhões).

| EBITDA

O EBITDA Ajustado¹ em 2021, excluído os eventos não recorrentes, totalizou R\$ 337 milhões, superando em R\$ 215 milhões o resultado auferido em 2020, um dos melhores resultados da história da Companhia e o melhor para o período dos últimos 10 anos. O EBITDA² totalizou R\$ 362 milhões no ano, superior em 74% em relação a 2020.

EBITDA Ajustado



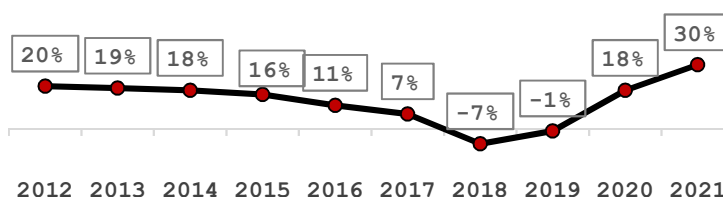
(*) Em função de não apresentarem itens não recorrentes, foi apresentado o valor do EBITDA².

(1) EBITDA Ajustado é um indicador utilizado pela Administração para analisar o desempenho econômico operacional nos negócios controlados integralmente pela Companhia, excluindo o resultado da equivalência patrimonial, além dos eventos não recorrentes.

(2) EBITDA: medida de desempenho operacional de acordo com a Instrução CVM 527/12.

A Margem EBITDA Ajustado alcançou 30% no exercício, o melhor resultado dos últimos 10 anos, superando em 10 p.p. a performance de 2012, o segundo melhor resultado do período.

Margem EBITDA Ajustado



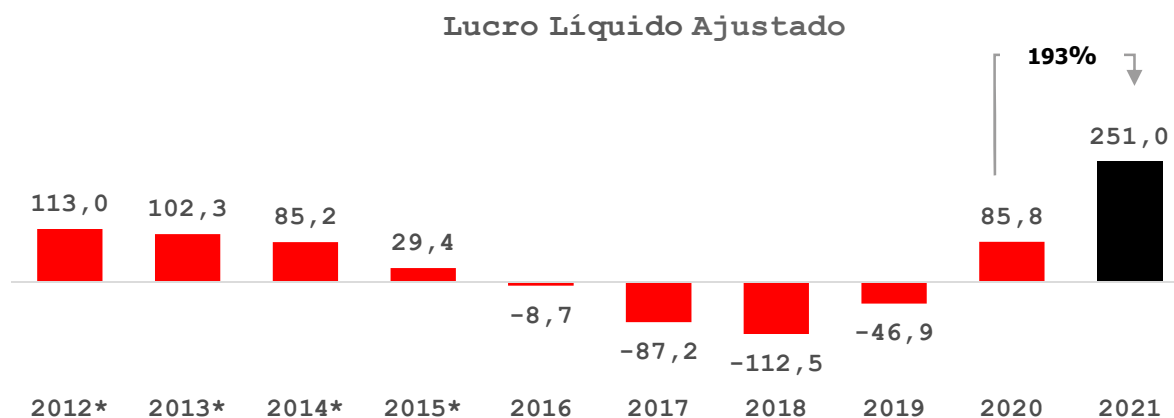
| Resultado Financeiro

No ano de 2021, o resultado financeiro foi positivo em R\$ 1,4 milhão, principalmente em decorrência dos rendimentos da aplicação financeira da disponibilidade de caixa e da inexistência de captações de curto prazo para financiamento de capital de giro.

Consolidado - R\$ mil	2017	2018	2019	2020	2021	Var.% 2021vs2020
Receitas Financeiras	1.109	459	26	528	9.261	1.654
Aplicação Financeira	1.109	459	26	528	9.261	1.654
Despesas Financeiras	(7.530)	(5.676)	(10.501)	(6.513)	(4.207)	(35,4)
Juros da Dívida Concursal	-	-	(5.731)	(4.431)	(4.207)	(5,1)
Juros de Financiamento	(7.530)	(5.676)	(4.770)	(2.082)	-	(100)
Outras	(9.823)	(24.203)	18.245	11.825	(3.989)	(133,7)
Líquido de Variações Cambiais	498	1.986	(731)	(804)	310	(138,6)
Resultado financeiro líquido	(16.442)	(27.434)	7.038	5.037	1.375	(72,7)

| Lucro (Prejuízo) Líquido

O Lucro Líquido Ajustado, excluindo os efeitos não recorrentes, totalizou R\$ 251 milhões em 2021, superando em R\$ 165 milhões o resultado auferido em 2020.



(*) Apresentado apenas o Lucro Líquido do período.

O Lucro Líquido do exercício totalizou R\$ 269 milhões no ano, superior em 70% ao resultado de 2020.

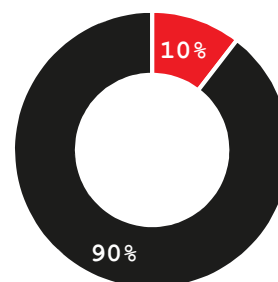
| Caixa Líquido e Endividamento

A Companhia encerrou o exercício de 2021 com uma posição de caixa líquido positivo de R\$ 181 milhões, frente a uma posição positiva de R\$ 15 milhões no fechamento de 2020.

Cumprido destacar que a posição de caixa da Companhia contempla a captação de R\$ 110 milhões destinados à aquisição da empresa Confibra.

Em dezembro, o endividamento bruto da Companhia totalizou R\$ 37 milhões, constituído unicamente pela parcela da dívida concursal junto ao Banco da Amazônia, recurso utilizado para construção da unidade de Manaus, o

Endividamento Bruto (%)



- Dívida bruta - curto prazo
- Dívida bruta - longo prazo

Dívida (Caixa) Líquido - R\$ mil	2017	2018	2019	2020	2021	Var. % 2021vs2020
Dívida bruta - curto prazo	58.888	98.824	49.812	-	3.911	-
Dívida bruta - longo prazo	38.570	32.101	63.762	66.388	33.485	(50)
Total da dívida bruta	97.458	130.925	113.574	66.388	37.396	(44)
(-) Disponibilidades	28.762	9.181	9.358	81.175	218.864	170
Dívida (Caixa) líquido	68.696	121.744	104.216	(14.787)	(181.468)	1.127

| Recuperação judicial e dívida concursal

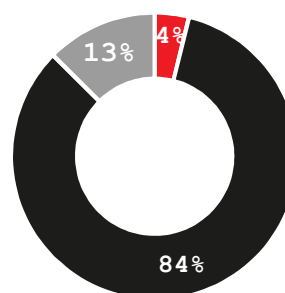
O plano de recuperação judicial continua em curso, fazendo parte do projeto de reestruturação do Grupo Eternit, que tem como objetivo o desenvolvimento de uma base operacional sólida para Companhia, através da modernização de suas unidades, inovação e foco na rentabilidade de seus negócios.

No decorrer do ano de 2021, a Companhia procedeu com a liquidação financeira da alienação da UPI de Louças Sanitárias (CSC) e do imóvel de Aparecida de Goiânia. Os recursos captados na alienação destes ativos totalizaram cerca de R\$ 122 milhões, sendo que R\$ 100,5 milhões foram destinados para à quitação das Opções A e B da Classe III.

Desta forma, a dívida concursal no encerramento do período de 2021 totalizou cerca de R\$ 45 milhões, contemplando a parcela de US\$ 125 mil (R\$ 5,58: 1 USD), sendo:

- Banco da Amazônia: R\$ 37,4 milhões, com amortização mensal e juros pré-fixados de 7% a.a;
- Credores Classe I: R\$ 1,7 milhões, referentes a novos créditos trabalhistas habilitados;
- Credores Classe III e IV: R\$ 5,6 milhões, referentes a fornecedores que não se apresentaram para o recebimento.

Dívida Concursal 2021 (%)



- Credores Trabalhistas
- Banco da Amazônia
- Fornecedores Concursais

Eternit

Relatório da Administração 2021

Estrutura/Comentário do Desempenho

Classes	Saldo Aprovado no Plano RJ	Haircut	Dação	Novos Créditos Habilitados (Desabilitados)	Juros / Encargos	Pagamentos realizados	Saldo Final
Classe I - Credores Trabalhistas - R\$ mil	6.466	-	-	2.564	-	(7.302)	1.728
Classe II - Credores com Garantia Real - R\$ mil	36.225	-	-	-	7.476	(6.305)	37.395
Classe III - Credores Quirografários							
Opção A - R\$ mil	107.672	(17.314)	(40.400)	(1.407)	3.369	(48.049)	3.871
Opção A - US\$ mil	953	-	-	(520)	1	(309)	125
Opção A - R\$ mil	84.097	(37.839)	-	-	3.242	(49.500)	-
Opção A - US\$ mil	1.696	(763)	-	-	5	(938)	-
Classe IV - Credores Microempresas - R\$ mil	4.612	-	-	-	71	(3.623)	1.060
Total em R\$ mil	239.072	(55.153)	(40.400)	1.157	14.158	(114.779)	44.054
Total em US\$ mil	2.649	(763)	0	(520)	6	(1.247)	125

Investimentos - CAPEX

Em 2021, os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 56 milhões, sendo que 52% foram destinados a projetos estratégicos (telhas fotovoltaicas e programa de modernização de fibrocimento) e 48% a investimentos em continuidade operacional.

Em relação aos projetos estratégicos, cujo *funding* foi realizado pelo aumento de capital em junho de 2020, no montante de R\$ 46,6 milhões, foram desembolsados no período de 2021 R\$ 28,8 milhões, totalizando R\$ 34,6 milhões de investimento nos projetos, restando o saldo de R\$ 12 milhões a desembolsar.

Telha Fotovoltaica

- As primeiras vendas das telhas fotovoltaicas de concreto BIG-F10 foram realizadas no 3T21, ainda de forma restrita a projetos selecionados, como mais uma etapa importante do programa de desenvolvimento do negócio.
- Em dezembro, a telha de fibrocimento F-140 teve seu registro homologado pelo Inmetro, cumprindo assim a etapa final de registro do novo produto.

Modernização do Fibrocimento

- Em 2021, a Eternit iniciou a implementação do programa de modernização do parque industrial de fibrocimento, com destaque para ampliação das unidades do Rio de Janeiro e de Goiânia, que juntas representarão um adicional na capacidade produtiva de cerca de 7 mil toneladas por mês, ou cerca de 10% da capacidade da Companhia. A conclusão da ampliação da fábrica do Rio de Janeiro está prevista para o 1T22 e da fábrica de Goiânia para o 2T22.

R\$ mil	Investimento Total	Desembolsado	%Real
Projeto de Telhas Fotovoltaicas	5.800	5.572	96%
Programa de Modernização do Fibrocimento	40.770	29.042	71%
Total	46.570	34.614	74%

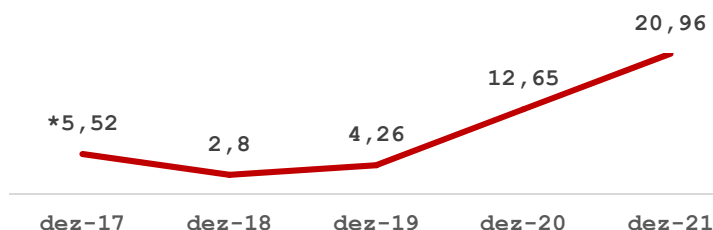
Mercado de Capitais

A Eternit ingressou no Novo Mercado em 2006, nível máximo de governança corporativa da B3, sob o *ticker* ETER3.

O valor de mercado da Companhia em 31/12/2021 alcançou R\$ 1.295 milhões, considerando a cotação de fechamento de R\$ 20,96, representando uma valorização de 66% em relação à cotação do encerramento de 2020.

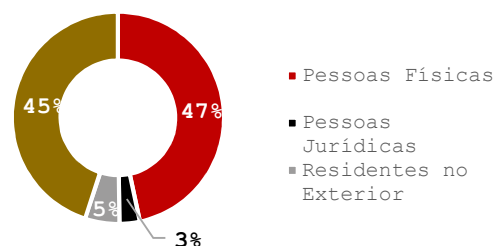
Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a base acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 contemplou 26.981 acionistas. No encerramento do período, apenas dois acionistas detinham mais de 5% de participação no capital social, totalizando aproximadamente 33% do total de ações.

Desempenho da ação ETER3 - R\$



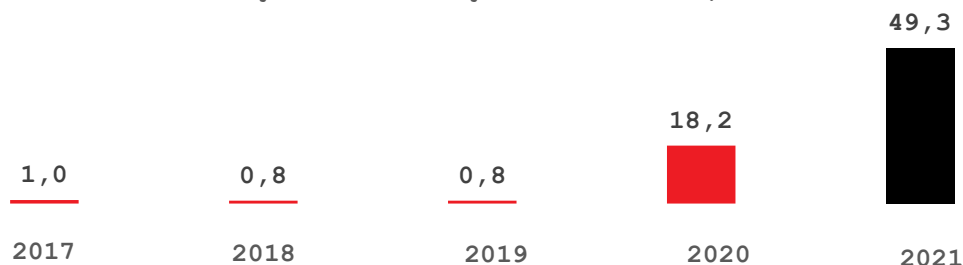
*Valor original anterior ao agrupamento de ações de 6 por 1.

Estrutura Acionária 31/12/2021



O ano de 2021 apresentou um volume médio diário de R\$ 49 milhões, superando em 171% o ano de 2020.

Movimentação Diária Ações ETER3 - R\$ mil



Socioambiental (ESG)

No decorrer de 2021, a Eternit promoveu iniciativas importantes que buscam um modelo de atuação responsável frente às questões socioambientais, destacando-se a implementação do Comitê de ESG da Companhia.

A criação deste Comitê tem como objetivo avaliar as questões socioambientais pertinentes à Companhia e propor ações e iniciativas buscando reduzir os impactos decorrentes diretamente de suas operações, contribuindo assim para o fortalecimento de uma conduta em favor do bem comum.

| Pactos e iniciativas

A Eternit é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2007, que atualmente mobiliza mais de 14 mil lideranças corporativas em 160 países.

Desde 2018, a Eternit é associada do Instituto Ethos, cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.

Em 2021, a Eternit aderiu ao movimento do *World Green Building Council*, organização mundial que direciona a indústria da construção civil em prol da sustentabilidade, buscando o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e impactos socioambientais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das gerações presentes e futuras.

| Capital humano

No final de 2021, a Companhia contava com 1.647 profissionais em sua estrutura, representando a abertura de 297 postos de trabalho ao longo de exercício, cerca de 22% do efetivo registrado no fechamento de 2020, crescimento este decorrente do aquecimento da indústria de material de construção observado ao longo do ano.



A Eternit valoriza o crescimento e o desenvolvimento de seus colaboradores e, há mais de 10 anos, possui um programa de desenvolvimento de carreira ("PLACAR"), que incentiva, orienta e dá suporte aos colaboradores para que planejem os seus objetivos profissionais, permitindo o aproveitamento interno para as posições abertas no Grupo. O programa PLACAR abrange 100% dos colaboradores da Companhia.

| Projetos sociais

No decorrer de 2021, a Eternit realizou investimentos de cerca de R\$ 1,2 milhões em projetos de teor cultural, social, esportivo e educacional, a saber:

- Hospital de Base de São José do Rio Preto: Através do projeto adote um leito, foi possível oferecer leitos especializados para atendimento a idosos, assim como manter equipe de profissionais de saúde na unidade de cuidados paliativos do hospital.
- Instituto Esporte e Educação: Fundado pela medalhista olímpica e mundial Ana Moser, o projeto tem como objetivo desenvolver e disseminar o esporte educacional em comunidades de baixa renda, focando no atendimento direto a crianças e jovens e na formação e apoio aos profissionais de educação física que atuam nos núcleos.
- Instituto Mpumalanga: Através de educadores, o projeto tem como objetivo apoiar os elementos da música, dança, literatura, artes plásticas e do teatro, ampliando o trabalho em sala de aula e proporcionando às crianças, jovens e adultos a compreensão da cultura popular e local.
- IOS – Instituto da Oportunidade Social: Apoio na formação profissional e empregabilidade de jovens e pessoas com deficiência através de conhecimento técnico e capacitação teórica e competências comportamentais.

| Segurança

A Eternit realiza periodicamente treinamentos para garantir que seus procedimentos, padrões e diretrizes de Saúde, Segurança e Meio-Ambiente - SSMA sejam praticadas por todos dentro da Companhia. A Taxa de Frequência de Acidentes (TFA), que indica a ocorrência de lesões em relação ao tempo total trabalhado por todos os colaboradores durante um período definido, apresentou uma redução de 13% em 2021, frente ao desempenho registrado em 2020.

| Meio ambiente

A Eternit monitora a geração de resíduos nos seus processos industriais, bem como o volume destinado pelas fábricas a aterros sanitários e reciclagem. No acumulado de 2021, a disposição de resíduos em aterros sanitários foi reduzida em 7% e a destinação para reciclagem apresentou um aumento de 24%, quando comparados com os valores registrados em 2020.

Em relação aos índices de consumo de energia elétrica (Kwh/unidade produzida) e água (m3/unidade produzida), houve redução de 11% e 8%, respectivamente, em comparação ao ano de 2020.

| Governança corporativa

O Modelo de Governança Corporativa adotado pela Eternit está baseado na transparência no seu relacionamento com todas as partes relacionadas, sendo que as ações da Companhia são listadas no Novo Mercado, o nível máximo de governança da B3.

A estrutura de Governança Corporativa da Eternit é composta pelo Conselho de Administração e seus Comitês, pela Diretoria Estatutária e pela Auditoria Interna, que reporta diretamente ao Conselho de Administração e é responsável pela gestão do Canal de Denúncia.

Eventos subsequentes

Aquisição da Confibra

Em 10/01/22, a Eternit informou ao mercado que celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e os sócios da Confibra Indústria e Comércio Ltda. ("Confibra") para aquisição de 100% do capital social da empresa.

O preço de aquisição da totalidade das quotas da Confibra e do terreno onde a unidade está instalada é de R\$ 110 milhões (cento e dez milhões de reais). Adicionalmente, os vendedores terão direito ao recebimento de *earnout* no valor de R\$ 10 milhões (dez milhões de reais), corrigido pela variação do IPCA/IBGE, a depender do atingimento de determinadas metas financeiras referentes ao exercício de 2022.

Em 16/02/22 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a aquisição da Confibra. Dessa forma, a conclusão da operação está sujeita à aprovação da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

Ampliação da capacidade de produção de fibra de PP da unidade de Manaus

Em 18/01/22, a Companhia informou ao mercado que foi aprovado pelo Conselho de Administração a ampliação da unidade de Manaus para 18.000 mil toneladas por ano de fibra de polipropileno, insumo utilizado na produção de fibrocimento. A ampliação da unidade representará um adicional em cerca de 40% da capacidade atual e terá investimento previsto de R\$ 24 milhões, com a conclusão do projeto prevista para o final de 2023.

Audidores independentes

A BDO RCS Auditores Independentes do Brasil ("BDO") foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras de 31/12/2021, assim como das informações trimestrais de 30/09/2021, 30/06/2021 e 31/03/2021.

Atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 381/03 e à Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria dos Auditores Independentes da Eternit, a Companhia informa que durante o exercício de 2021 não foram contratados outros serviços dos seus auditores independentes não relacionados à auditoria externa das suas demonstrações financeiras.

Declaração da diretoria

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às mesmas.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores, parceiros e todos aqueles que contribuíram para o excelente desempenho da Eternit em 2021.

ETERNIT S.A.

(Em Recuperação Judicial)

Notas Explicativas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.370	4.145	218.864	81.175	Fornecedores	13	33.096	31.434	50.201	60.536
Contas a receber	4	68.592	51.872	153.229	89.938	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	3.911	-
Estoques	5	116.112	52.136	185.268	73.470	Partes relacionadas	8	69.703	71.753	-	-
Tributos a recuperar	6	61.139	53.212	126.392	88.986	Obrigações com pessoal	15	22.692	15.746	29.530	19.981
Partes relacionadas	8	316.442	68.920	-	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio	19.(iv) e (v)	24.346	-	24.355	-
Adiantamento a fornecedores		3.932	2.494	30.014	30.266	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	24.411	21.235	34.919	31.029
Outros ativos circulantes		3.444	5.284	21.590	12.907	Provisão para benefício pós-emprego	31	3.659	2.582	7.851	7.211
		573.031	238.063	735.357	376.742	Obrigações de arrendamento	12	-	-	6.572	4.106
						Outros passivos circulantes	17	26.290	36.909	51.516	98.382
Ativos mantidos para a venda	9	-	796	4.845	109.339			204.197	179.659	208.855	221.245
		573.031	238.859	740.202	486.081						
Não circulante						Não circulante					
Depósitos judiciais		7.105	8.848	10.500	12.202	Empréstimos e financiamentos	14	-	9.327	33.485	66.388
Tributos a recuperar	6	1.781	25.086	10.629	34.694	Partes relacionadas	8	37.201	44.178	-	-
Partes relacionadas	8	2.005	3.447	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	12.249	15.938	32.893	42.356
Outros ativos não circulantes		140	814	1.595	2.270	Obrigações com pessoal	15	6.216	7.230	7.007	9.006
Investimentos	7	205.399	192.425	-	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	53.543	62.495	71.205	81.613
Ativo de direito uso	12	-	-	7.758	9.149	Provisão para benefício pós-emprego	31	36.209	32.378	73.773	84.686
Imobilizado	10	144.313	110.951	240.643	199.730	Provisão para desmobilização da mina	32	-	-	9.273	7.125
Intangível	11	552	1.107	604	1.142	Obrigações de arrendamento	12	-	-	1.214	5.070
		361.295	342.678	271.729	259.187	Provisão para perdas em investimentos	7	10.282	3.249	-	-
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.(ii)	11.184	12.117	10.871	12.702
						Outros passivos não circulantes	17	-	66	-	66
								166.884	186.978	239.721	309.012
						Patrimônio líquido					
						Capital social	19.(i)	438.082	385.537	438.082	385.537
						Reservas de capital		69.927	20.686	69.927	20.686
						Ações em tesouraria	19.(ii)	(174)	(174)	(174)	(174)
						Reservas de lucros		75.859	(85)	75.859	(85)
						Prejuízos acumulados		-	(162.409)	-	(162.409)
						Outros resultados abrangentes		(20.449)	(28.655)	(20.449)	(28.655)
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		563.245	214.900	563.245	214.900
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	110	111
								563.245	214.900	563.355	215.011
Total do ativo		934.326	581.537	1.011.931	745.268	Total do passivo e patrimônio líquido		934.326	581.537	1.011.931	745.268

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A.
Notas Explicativas

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	21	795.431	513.874	1.123.125	683.423
Custos dos produtos e mercadorias vendidos, e dos serviços prestados	22	(512.711)	(385.450)	(632.075)	(456.079)
Lucro bruto		282.720	128.424	491.050	227.344
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas com vendas	22	(51.934)	(37.443)	(94.141)	(60.499)
Gerais e administrativas	22	(50.290)	(39.050)	(89.080)	(75.695)
Remuneração da administração	22	(6.425)	(6.625)	(7.775)	(6.625)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	23	6.548	101.254	45.595	104.089
Resultado da equivalência patrimonial	7	118.348	19.923	-	-
		16.247	38.059	(145.401)	(38.730)
Resultado operacional		298.967	166.483	345.649	188.614
Resultado Financeiro	24	(2.731)	13.324	1.375	5.037
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		296.236	179.807	347.024	193.651
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	20.(i)	(27.793)	(8.939)	(79.409)	(22.457)
Diferidos	20.(f)	934	(12.117)	1.831	(12.461)
Lucro líquido do exercício		269.377	158.751	269.446	158.733
Atribuível a:					
Acionistas controladores				269.377	158.751
Acionistas não controladores				69	(18)
Lucro líquido do exercício				269.446	158.733
Lucro líquido por ação					
Básico e diluído (R\$)				4,3612	3,0723

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A.
Notas Explicativas
 (Em Recuperação Judicial)

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	269.377	158.751	269.446	158.733
Outros resultados abrangentes				
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	(6.708)	6.745	8.206	12.485
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	14.914	5.740	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	8.206	12.485	8.206	12.485
Resultado abrangente total do exercício	<u>277.583</u>	<u>171.236</u>	<u>277.652</u>	<u>171.218</u>
Atribuível a:				
Acionistas controladores			277.583	171.236
Acionistas não controladores			69	(18)
			<u>277.652</u>	<u>171.218</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A.

(Em Recuperação Judicial)

Notas Explicativas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Reservas de lucros				Prejuízos acumulados/Lucros	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
					Subvenção para investimentos	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Retenção de Lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2019		338.967	-	(174)	19.438	-	-	-	(319.912)	(41.140)	(2.821)	44	(2.777)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	46.570	-	-	-	-	-	-	-	46.570	-	46.570
Aumento de capital		46.570	(46.570)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	-	158.751	-	158.751	(18)	158.733
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subvenção para investimentos		-	-	-	1.248	-	-	-	(1.248)	-	-	-	-
Ganho/perda no investimento após aumento de capital em controladas		-	-	-	-	-	-	(85)	-	-	(85)	85	-
Ganho na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	12.485	12.485	-	12.485
Saldos em 31 de dezembro de 2020		385.537	-	(174)	20.686	-	-	(85)	(162.409)	(28.655)	214.900	111	215.011
Aumento de capital	19. (i)	110.000	-	-	-	-	-	-	-	-	110.000	-	110.000
Diminuição de capital com absorção de prejuízo acumulado	19. (i)	(57.455)	-	-	-	-	-	-	57.455	-	-	-	-
Lucro do exercício	19. (iii)	-	-	-	-	-	-	-	269.377	-	269.377	69	269.446
Subvenção para investimentos	19. (vi)	-	-	-	49.241	-	-	-	(49.241)	-	-	-	-
Constituição de reservas		-	-	-	-	8.221	8.221	59.502	(75.944)	-	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	8.206	8.206	-	8.206
Juros sobre o capital próprio	19. (iv)	-	-	-	-	-	-	-	(14.918)	-	(14.918)	-	(14.918)
Dividendos obrigatórios declarados	19. (v)	-	-	-	-	-	-	-	(12.005)	-	(12.005)	(70)	(12.075)
Dividendos adicionais declarados	19. (v)	-	-	-	-	-	-	-	(12.315)	-	(12.315)	-	(12.315)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		438.082	-	(174)	69.927	8.221	8.221	59.417	-	(20.449)	563.245	110	563.355

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A.**(Notas Explicativas)****Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de Reais)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		296.236	179.807	347.024	193.651
Ajustes para conciliar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	7	(118.349)	(19.923)	-	-
Depreciação e amortização	22	10.854	8.520	16.421	20.438
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		-	(684)	2.529	(2.784)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	4	530	(188)	446	512
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	5	(1.197)	(1.199)	(7.007)	(3.078)
Perda estimada para redução ao valor recuperável		-	(71.636)	(2.191)	(71.629)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	(8.952)	3.399	(10.408)	3.316
Provisão para benefícios pós-emprego		(1.800)	3.980	(2.067)	9.983
Provisão para desmobilização da mina	32	-	-	2.148	308
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		2.412	2.539	3.441	3.679
		179.734	104.615	350.336	154.396
Aumento/(redução) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(17.249)	(7.442)	(62.801)	(31.889)
Partes relacionadas a receber		(247.394)	(67.397)	-	-
Estoques	5	(62.779)	26.112	(104.791)	34.529
Tributos a recuperar		17.735	(50.844)	(16.421)	(59.583)
Depósitos judiciais		1.743	(197)	1.702	(592)
Disponível para venda		796	-	104.494	-
Outros ativos		1.076	2.667	(7.756)	(11.276)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		1.197	(3.517)	(10.156)	1.106
Dividendos e JCP a pagar		(14.892)	-	(14.892)	-
Partes relacionadas a pagar		(10.999)	(20.974)	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(4.447)	7.150	(8.669)	3.569
Obrigações com pessoal	15	5.932	3.539	7.550	3.363
Benefício pós-emprego		-	(2.622)	-	(7.204)
Pagamento de contingências		-	(528)	-	(572)
Outros passivos		(10.683)	14.836	(46.923)	23.825
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		(160.231)	5.398	191.673	109.672
Juros pagos		-	(327)	-	(502)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(26.213)	(8.294)	(73.303)	(20.739)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(186.443)	(3.223)	118.370	88.431
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Mútuo com empresas ligadas a receber		1.335	-	-	-
Dividendos		127.322	-	-	-
Adições ao ativo imobilizado e intangível	10 e 11	(43.662)	(5.130)	(55.743)	(11.444)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		84.995	(5.130)	(55.743)	(11.444)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	14	569	29.452	1.594	48.556
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(9.896)	(67.395)	(33.802)	(99.162)
Aumento do Capital Social		110.000	46.570	110.000	46.570
Operações com arrendamento		-	-	(2.730)	(1.134)
Caixa líquido gerado/(aplicado nas) pelas atividades de financiamento		100.673	8.627	75.062	(5.170)
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(775)	274	137.689	71.817
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	4.145	3.871	81.175	9.358
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	3.370	4.145	218.864	81.175
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(775)	274	137.689	71.817

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A.**Notas Explicativas****Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	21	1.043.810	678.974	1.393.132	860.368
Outras receitas		(2.323)	172	(6.627)	5.840
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	22	(530)	188	(446)	(512)
		1.040.957	679.334	1.386.059	865.696
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados		(331.508)	(255.493)	(417.278)	(288.757)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(156.845)	(124.321)	(208.875)	(181.546)
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação		-	71.636	5.645	70.332
Outros descontos, abatimentos e doações		(637)	(1.465)	(646)	(1.581)
		(488.990)	(309.643)	(621.154)	(401.552)
Valor adicionado bruto		551.967	369.691	764.905	464.144
Depreciação, amortização e exaustão	22	(10.854)	(8.520)	(16.421)	(19.277)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		541.113	361.171	748.484	444.867
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	7	118.348	19.923	-	-
Receitas financeiras		4.273	24.170	38.721	43.850
Outras		10.645	393	38.326	2.428
		133.266	44.486	77.047	46.278
Valor adicionado total a distribuir		674.379	405.657	825.531	491.145
Pessoal:					
Remuneração direta		66.450	50.089	103.481	75.217
Benefícios		27.469	24.421	43.168	37.695
FGTS		4.781	4.118	6.820	5.263
		98.700	78.628	153.469	118.175
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		162.947	66.804	224.207	86.648
Estaduais		124.644	81.552	116.792	76.121
Municipais		2.151	2.117	3.065	3.047
		289.742	150.473	344.064	165.816
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		7.004	10.846	37.346	38.813
Aluguéis		9.556	6.959	21.190	9.590
		16.560	17.805	58.536	48.403
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos	19.(v)	24.320	-	24.320	-
Juros sobre o capital próprio	19.(iv)	14.918	-	14.918	-
Lucros retidos/prejuízo do período		230.139	158.751	230.155	158.769
Participação dos não controladores nos (prejuízos acumulados) lucros retidos		-	-	69	(18)
		269.377	158.751	269.462	158.751
		674.379	405.657	825.531	491.145

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional

A Eternit S.A. - Em recuperação judicial (“Companhia” ou “Eternit”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações listadas no Novo Mercado, negociadas sob o *ticker* ETER3 na B3 S.A - Brasil Bolsa Balcão (“B3”).

Reconhecida no mercado brasileiro como “a marca da coruja”, a Eternit é líder de mercado na comercialização de telhas e sistemas construtivos de fibrocimento.

Atualmente, a Eternit possui seis parques industriais, uma mineradora e uma unidade de demonstração do projeto telhas fotovoltaicas que estão localizadas nas cidades de Colombo-PR, Rio de Janeiro-RJ, Atibaia-SP, Goiânia-GO, Minaçu-GO, Simões Filho-BA e Manaus-AM.

A Companhia e suas controladas aqui denominadas (“Grupo”) têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos para os segmentos de coberturas (telhas de fibrocimento e telhas de concreto) e de soluções construtivas (placas cimentícias e painel wall), bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios.

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a Companhia tem como acionistas pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações e está sediada na cidade de São Paulo - SP.

As demonstrações consolidadas do Grupo incluem as informações contábeis da Eternit S.A. e as de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme descrito a seguir:

Controlada	Participação (%)	Tipo de Controle	Localização/ Sede	Atividade principal
Sama S.A. Minerações Associadas	100	Direto	Minaçu/GO	Mineração, exploração e beneficiamento da fibra crisotila.
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	100	Direto	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda. (i)	100	Direto	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	100	Direto	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais e comerciais.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	100	Direto	Manaus/AM	Industrialização e comercialização de fibras sintéticas de polipropileno utilizadas em materiais de construção.
Atena Consultoria e Participações Ltda.	100	Indireto	São Paulo/SP	Gestão do patrimônio e administração dos investimentos do grupo.
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	100	Indireto	São Paulo/SP	Gestão do patrimônio e administração dos investimentos do grupo.
Engedis Distribuição Ltda.	100	Indireto	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. “CSC” (ii)	100	Direto	Caucaia/CE	Industrialização, importação, exportação, comercialização e distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.
Tégula Solar S/A. (iii)	100	Indireto	Atibaia/SP	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, bem como peças e acessórios.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (i) Operação descontinuada desde 31 de maio de 2019.
- (ii) Operação descontinuada desde 22 de abril de 2020.
- (iii) Em fase pré-operacional.

Os principais produtos industrializados e comercializados pelo Grupo, assim como informações por segmento, estão descritos na Nota Explicativa nº 25.

1.1. Recuperação judicial

A Companhia, juntamente com suas controladas, ajuizou um pedido de recuperação judicial em 19 de março de 2018, perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05.

A decisão de ajuizamento foi aprovada pelos acionistas da Companhia e pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de abril de 2018, e deferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018, cuja decisão foi publicada em 03 de maio de 2018.

A versão final do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) foi apresentada em 25 de abril de 2019, a qual foi aprovada em Assembleia Geral de Credores em 29 de maio de 2019.

Esse plano foi homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP em 30 de maio de 2019, sendo a decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 11 de junho de 2019, data em que se iniciam os prazos para cumprimento do respectivo plano. O plano homologado contempla quatro classes, à saber:

A Classe I de credores contempla os titulares de créditos trabalhistas, cujos pagamentos foram divididos em três categorias:

- (i) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de cinco salários mínimos com prazo de pagamento em 30 dias após a homologação do plano.
- (ii) Demais valores até o limite de R\$ 250 mil serão pagos integralmente em até 12 meses.
- (iii) Saldos excedendo R\$ 250 mil serão quitados com novas ações emitidas pela Companhia, ou no caso de exercício do direito de preferência pelos acionistas, com os recursos obtidos com o aumento de capital.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Após a homologação do plano, alguns credores trabalhistas interpuseram agravo de instrumento contra a decisão de homologação em razão da forma de pagamento prevista (pagamento linear até o montante de R\$ 250 mil e o saldo remanescente acima de R\$ 250 mil após pagamento linear por meio de emissão de ações decorrente do aumento do capital da Eternit.

Em função de uma decisão desfavorável proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), o Grupo opôs embargos de declaração a fim de questionar a decisão, já que esse entendimento é contrário ao entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Enunciado XIII do próprio TJSP.

Os embargos foram julgados e rejeitados pelo TJSP, levando a Companhia a ingressar com recurso especial no STJ. Paralelamente, o juiz autorizou o pagamento dos créditos trabalhistas com os recursos obtidos no aumento de capital aos credores da Classe I, então depositados em juízo.

Todavia, alguns credores da Classe I com valores acima de R\$ 250 mil tiveram seus vencimentos incorridos no 4T21, ao qual foram pagos em dinheiro nos termos do acórdão do E. TJSP (nº. 2140739-28.2019.8.26.0000) para manter as obrigações concursais em dia, sem quaisquer alegações de descumprimento. De todo modo, a Eternit ressalva todos os seus direitos e pretensões levadas ao C. STJ no bojo de seu Recurso Especial n. 1899316/SP (2 esclarecendo 020/0261722-7), que o pagamento de tais credores trabalhistas não significa qualquer tipo renúncia com relação ao referido Recurso Especial, sendo certo que a Companhia se mantém confiante de que o entendimento do E. TJSP será reformado pelo C. STJ para permitir que a companhia possa cumprir as condições atinentes à Classe I regularmente aprovadas em seu Plano, as quais são economicamente viáveis e compatíveis com a sua estrutura financeira e de geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da Classe I totalizou R\$ 1.728.

A Classe II de credores contempla apenas um credor com garantia real, cujo pagamento teve carência de 12 meses a contar da data de homologação do plano e com a incidência de juros de 8,24% a.a. e bônus de adimplência de 15% (efetivo 7% a.a.) sobre a taxa para pagamentos realizados até a data de vencimento. Os pagamentos serão realizados em 126 parcelas mensais. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021, o saldo da Classe II totalizou R\$ 37.395.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Classe III é composta pelos credores quirografários que receberão o pagamento inicial de R\$ 3 mil, limitado ao valor do crédito, em até 180 dias a contar da data de homologação. O pagamento do saldo restante considera duas opções de recebimento a critério do credor:

- (i) **Opção A:** limitado a R\$ 50 milhões por credor, com a possibilidade de recebimento por meio de dação de imóvel em processo competitivo, com consequente quitação do seu crédito, integral ou parcial, incorrendo em deságio de 30% sobre o montante ofertado (imóvel utilizado em dação). Os saldos remanescentes após a dação terão seus créditos quitados através da Tranche A e da Parcela A. A primeira corresponde a 15% do saldo e será remunerada à taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, a primeira vencendo em 21 meses a contar da data de homologação. A Parcela A, representa 85% do saldo e será corrigida por 100% do CDI, sendo paga em parcela única no 102º mês a contar da data de homologação, podendo ser antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação dos ativos imobiliários elencados no Plano (Quadro 5-A);
- (ii) **Opção B:** pagamento com a aplicação de 45% de deságio sobre os créditos quirografários limitado, após o deságio, a R\$ 50 milhões, pago através da Tranche B e da Parcela B. A primeira, representa 27% do saldo após deságio e será remunerada à taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, a primeira vencendo em 21 meses a contar da data de homologação. A Parcela B correspondendo a 73% do saldo, será corrigida por 100% do CDI, sendo paga numa parcela única no 102º mês a partir da data de homologação, podendo ser antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação de ativos elencados no plano (Quadro 5-B). Como meio de aceleração do pagamento será procedida a alienação do ativo imobilizado da UPI Louças Sanitárias (CSC).

Os valores de cada credor quirografário que superarem o limite de R\$ 50 milhões, conforme descrito nas Opções A e B, serão pagos por meio de debêntures emitidas pela Controladora, com carência de 102 meses e vencimento “bullet” em 120 meses após o término da carência e o saldo corrigido pela Taxa Referencial (“TR”). Após o exercício da opção pelos credores, não houve credor individual com créditos superiores a R\$ 50 milhões.

Durante o ano de 2021, procedeu-se a liquidação financeira da alienação da UPI Louças Sanitárias (CSC), tendo a Companhia recebido o montante líquido de R\$ 97,5 milhões líquido do *success fee* do *advisor* de M&A.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Companhia também realizou leilão judicial de alienação do imóvel de Aparecida de Goiânia, sendo o lance vencedor de R\$ 24,5 milhões tendo a sua liquidação financeira no mês de setembro de 2021. Com os recursos advindos dessas alienações, a Companhia realizou pagamentos no montante de R\$ 100,5 milhões aos credores concursais da Classe III, quitando a totalidade dos créditos da Opção A e B dos credores aptos para recebimento na data.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da Classe III totalizou R\$ 3.871 e US\$ 125, decorrentes de credores concursais que não forneceram dados bancários e ou não se apresentaram para recebimento na data do pagamento. Assim, o saldo desta classe não será mais corrigido.

A Classe IV é composta por microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$ 2 mil por credor, em parcela única e limitada ao seu crédito, vencendo em até 180 dias a contar da data de homologação. O saldo remanescente, limitado ao montante de R\$ 250 mil, será pago em até 18 meses a partir da data de homologação com a correção de 100% do CDI. Todavia, os pagamentos aos credores concursais da Classe IV foram concluídos, de forma antecipada, aos credores concursais aptos até 24 de novembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da Classe IV totalizou R\$ 1.060 decorrente de credores concursais que não forneceram dados bancários e ou não se apresentaram para recebimento na data do pagamento. Assim, o saldo desta classe não será mais corrigido.

O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de dezembro de 2021. Foram realizados pagamentos nos montantes de R\$ 114.780 e US\$ 1.247, destes um valor correspondente a R\$ 40.400 na forma de dação de imóveis da controlada Prel Empreendimentos e Participações Ltda. De acordo com a opção exercida pelos credores, foram aplicados os descontos previstos no Programa de Recuperação Judicial nos montantes de R\$ 55.153 e de US\$ 763.



Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Classes	Saldo Aprovado no Plano RJ	Haircut	Dação	Novos Créditos Habilitados (Desabilitados)	Juros/ Encargos	Pagtos. Realizados	Saldo Final
Classe I - Credores Trabalhistas	6.466	-	-	2.564	-	(7.302)	1.728
Classe II - Credores com Garantia Real	36.225	-	-	-	7.476	(6.305)	37.395
Classe III - Credores Quirografários:							
Opção A - R\$	107.672	(17.314)	(40.400)	(1.407)	3.369	(48.049)	3.871
Opção A - US\$	953	-	-	(520)	1	(309)	125
Opção B - R\$	84.097	(37.839)	-	-	3.242	(49.500)	-
Opção B - US\$	1.696	(763)	-	-	5	(938)	-
Classe IV - Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	4.612	-	-	-	71	(3.623)	1.060
Total - R\$	239.072	(55.153)	(40.400)	1.157	14.158	(114.780)	44.054
Total - US\$	2.649	(763)	-	(520)	6	(1.247)	125

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A dívida concursal em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$44.054 e U\$ 125 em moeda estrangeira, equivalente a R\$ 698 (R\$ 5,5805: 1 US\$).

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado e a ata da Assembleia Geral de Credores foram disponibilizadas no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e no website de Relações com Investidores da Companhia.

1.2. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando e está convencida de que apesar das questões advindas da recuperação judicial, da questão jurídica do mineral crisotila no Brasil e das incertezas da pandemia da COVID-19 ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

a) Recuperação judicial

A recuperação judicial continua em curso e faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas, tendo como objetivo a preparação de uma base sólida para os próximos anos através de modernização de suas unidades fabris, inovação e foco na rentabilidade de seus negócios, além do efeito de proteção contra as ações e possíveis execuções que possam recair sobre o Grupo.

Com a quitação dos credores da Classe III, para o encerramento da Recuperação Judicial, a Companhia aguarda o desfecho do julgamento do seu Recurso Especial interposto perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra decisão desfavorável proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), visando restabelecer o plano original de pagamento dos credores da Classe I, devidamente homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, em 30 de maio de 2019.

b) A questão jurídica do mineral crisotila no Brasil

A atividade de exploração e utilização da crisotila é regulamentada pela Lei Federal n.º 9.055/95, Decreto n.º 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está prevista na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A referida Lei foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.066 propostas pela ANAMATRA e pela ANPT perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Ela foi julgada em 24 de agosto de 2017, onde cinco votos foram declarados pela procedência da ação e consequente inconstitucionalidade da Lei Federal e quatro votos pela sua improcedência e constitucionalidade.

De acordo com o artigo 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade de uma lei pressupõe voto de ao menos seis dos 11 ministros, o que não ocorreu. Dessa forma, a Lei nº 9.055 não foi considerada inconstitucional.

Posteriormente foram julgadas pelo STF as ADIs nº 3.406 e nº 3.470 propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei Estadual do Rio de Janeiro que versam sobre a legalidade do uso da crisotila naquele Estado.

No julgamento, foi declarada por maioria de votos a improcedência das referidas ADIs, o que resultou na constitucionalidade da Lei Estadual do Rio de Janeiro. Além disso, foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal, com efeito “erga omnes”, ou seja, atingindo todo o território nacional.

Em função da publicação dessa decisão, no início de dezembro de 2017 o Grupo suspendeu as atividades de suas controladas SAMA (mineradora) e Precon (fabricante de telhas de fibrocimento). As demais unidades de produção de telhas de fibrocimento seguiram operando normalmente através da utilização da fibra sintética de polipropileno produzida na unidade de Manaus.

Entretanto, a autora das ADIs nº 3.406 e nº 3.470 - (CNTI) solicitou à relatora delas a suspensão do efeito “erga omnes” até a publicação do acórdão, o que foi acolhido, permanecendo apenas a proibição nos Estados que proíbem a matéria-prima.

Diante da decisão acima, a Companhia retomou as atividades das controladas Sama e Precon até a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho.

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 10 de janeiro de 2019, o Grupo deixou de utilizar a crisotila como matéria-prima na fabricação de telhas de fibrocimento. Atualmente, a produção de telhas se dá exclusivamente com a utilização de fibras sintéticas de polipropileno produzidas em sua unidade de Manaus.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Nesse contexto, a controlada Sama interrompeu a comercialização da fibra de crisotila no mercado nacional direcionando sua produção exclusivamente para o mercado externo.

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 31 de maio de 2019, o Grupo se viu obrigado a hibernar os ativos da sua controlada Sama. A decisão de hiberná-los se deu pela não apreciação pelo STF do pedido de efeito suspensivo requerido naquele processo até apreciação do mérito dos embargos de declaração opostos em 08 de fevereiro de 2019. Nos embargos, foi requerida a modulação para o encerramento das atividades de mineração, período no qual a Sama continuaria, exclusivamente, como exportadora da fibra de crisotila.

Ao longo de 2020, a Eternit informou ao mercado que a controlada Sama havia retomado suas atividades, destinando sua produção exclusivamente ao mercado externo, amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518.

Em 19 de agosto de 2021, a controlada Sama foi notificada pelo Juízo da Comarca de Uruaçu-GO por meio do mandado de citação e intimação tendo tomado conhecimento da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, cuja decisão liminar proferida determinou a imediata suspensão das atividades da sua controlada Sama, com sede na cidade de Minaçu-GO. Assim, a Companhia paralisou suas atividades cumprindo a referida decisão.

Em 03 de setembro de 2021, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) sustou os efeitos da decisão proferida na Ação Civil Pública nº 1002022-72.2021.4.01.3505, em trâmite na Subseção Judiciária de Uruaçu (GO), até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ação principal. Diante disso, a Sama retomou as suas atividades. Atualmente, a Sama está operando normalmente amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514.

Dessa forma, a Administração aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho contra Lei nº 20.514 do Estado de Goiás (ADI nº 6.200).

Com relação à controlada Precon, fabricante de telhas de fibrocimento, essa unidade foi descontinuada em função da proibição do uso da crisotila na fabricação de telhas no território nacional. Assim, a Administração da Companhia avaliou as alternativas de melhor retorno econômico para utilização dos ativos dessa controlada localizada na cidade de Anápolis-GO.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Dessa forma, foi decidido pela desmobilização da fábrica e transferência dos equipamentos para as unidades da Eternit em Goiânia e Colombo, visando aumento na capacidade, melhoria de qualidade e ganho de confiabilidade nessas unidades.

Diante do cenário de incerteza, o Grupo avaliou os ativos imobilizados de suas controladas Sama e Precon e decidiu reconhecer a perda de valor recuperável desses ativos (impairment), conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 10 e 11.

c) Coronavírus

Apesar de alterações incomuns significativas ocorridas no valor dos ativos financeiros em muitos mercados desde o início da pandemia, os efeitos da Covid-19 não causaram impactos significativos nas suas operações e nem no valor justo dos ativos e passivos da Companhia até o momento. Contudo, caso a pandemia se prolongue ou aumente a intensidade nas regiões onde a Eternit opera, as condições financeiras da Companhia ou os resultados das operações ainda podem ser negativamente impactadas no futuro.

2. Base para preparação, apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

Ao elaborar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou critérios de divulgação baseados em regulamentos, relevância das transações e mudanças observadas na posição patrimonial, econômica e financeira, bem como desempenho da Companhia e de suas controladas.

2.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

Alterações IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma.

Alteração na norma IFRS 17 - Contratos de seguros

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023.

Alteração na norma IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras

Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023;

Alteração na norma IFRS 3 - Combinações de negócios

Inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2022;

Alteração na norma IAS 16 - Ativo imobilizado

Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2022.

IAS 8 - Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros

Altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração".

IAS 12 - Impostos de Renda

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023.

Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2022.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

2.2. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações contábeis consolidadas e individuais da Companhia (“demonstrações contábeis”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards- “IFRS”*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)*, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (i) O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos;
- (ii) As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais e de indicar e destituir a maioria dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Eternit, baseada nos estatutos, controla as empresas listadas na Nota Explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas entidades.

A participação dos acionistas não controladores nas empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- (i) Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;
- (ii) Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. As transações entre a Companhia e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas informações contábeis consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.4. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração e ratificadas pelo Conselho Fiscal da Companhia em 22 de fevereiro de 2022.

2.5. Principais práticas contábeis

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.5.1. Política contábil geral

a) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária de 5%, conforme a lei das sociedades anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido

As demais políticas contábeis estão apresentadas individualmente em suas respectivas rubricas a seguir.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Os saldos apresentados de caixa e equivalentes de caixa consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras, são representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações contábeis, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	3.370	560	6.071	1.261
Aplicações financeiras (i)	-	3.585	212.793	79.914
	3.370	4.145	218.864	81.175

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, aplicações financeiras automáticas e em CDBs (Certificados de Depósito Bancário) possuem carência de 30 a 180 dias. As aplicações automáticas foram remuneradas pela taxa de 0,20% a.a. (0,09% a.a. em 31 de dezembro de 2020), já as aplicações em CDB foram remuneradas pela taxa média de 105,01% do CDI.

4. Contas a receber

Política contábil

São registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações contábeis.

O montante de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla histórico de perdas, percentual de inadimplência médio, situação individual dos clientes, situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração da Eternit para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	69.242	56.358	74.061	63.421
Mercado externo (i)	-	-	80.347	35.940
	69.242	56.358	154.408	99.361
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(650)	(4.486)	(1.179)	(9.423)
	68.592	51.872	153.229	89.938

- (i) Exportações da fibra de crisotila, amparada pela lei do estado de Goiás nº 20.514, de julho de 2019 e regulamentada pelo Decreto nº 9.518 de setembro de 2019.

Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer:				
Até 1 ano	64.830	50.505	140.344	78.205
Valores vencidos:				
Até 90 dias	3.063	825	11.198	11.419
Entre 91 e 180 dias	322	82	1.305	272
Entre 181 e 360 dias	401	385	524	561
Acima de 360 dias	626	4.561	1.037	8.904
	69.242	56.358	154.408	99.361
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(650)	(4.486)	(1.179)	(9.423)

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	68.592	51.872	153.229	89.938

Movimentação das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(4.486)	(6.309)	(9.423)	(10.566)
Adições	(1.613)	(9.579)	(2.430)	(11.996)
Reversões	1.083	9.767	1.984	11.484
Baixa definitiva (i)	4.366	1.635	8.690	1.655
Saldo final	(650)	(4.486)	(1.179)	(9.423)

(i) Baixas realizadas de clientes com valores acima de R\$ 15 mil, sem expectativas de recebimento.

Em 31 de dezembro de 2021, não houve movimentações atreladas a operações financeiras.

5. Estoques

Política contábil

São apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão de obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los as suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques. A perda estimada para redução ao valor realizável líquido considera a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	50.135	21.062	80.629	29.654
Produtos semiacabados	24.923	15.519	30.101	18.849
Mercadorias para revenda	1.297	1.696	3.674	8.236
Matérias-primas	30.411	10.307	51.325	12.723
Materiais auxiliares	14.902	10.305	32.251	23.727

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(-) Perda para redução ao valor realizável líquido	(5.556)	(6.753)	(12.712)	(19.719)
	<u>116.112</u>	<u>52.136</u>	<u>185.268</u>	<u>73.470</u>

A movimentação da perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(6.753)	(7.952)	(19.719)	(22.797)
Adições	(3.504)	(2.373)	(5.644)	(45.378)
Reversões	4.701	3.572	12.651	48.456
Saldo final	<u>(5.556)</u>	<u>(6.753)</u>	<u>(12.712)</u>	<u>(19.719)</u>

6. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.680	863	25.560	15.381
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (i)	124	16.337	2.947	17.937
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (i) e (iii)	6.456	9.337	11.396	13.061
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.352	15	2.797	1.200
Programa de integração social - PIS (ii)	7.691	9.082	13.448	12.585
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS (ii)	35.422	41.831	55.999	51.633
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	-	-	3.031	2.769
Outros	10.195	833	21.843	9.114
	<u>62.920</u>	<u>78.298</u>	<u>137.021</u>	<u>123.680</u>
Circulante	61.139	53.212	126.392	88.986
Não circulante	1.781	25.086	10.629	34.694

- (i) Restituição de IRPJ e IRRF dos anos base 1998 e 1999, que não prescreveram, segundo a Lei Complementar 118/2005. Em 11 de dezembro de 2020, através do acórdão 144866399, o direito do crédito foi reconhecido judicialmente em definitivo com trânsito julgado. Em julho de 2021 à Receita Federal do Brasil (RFB), homologou o pedido de habilitação dos créditos e dessa forma, o valor de R\$ 26.274 foi integralmente compensado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) Por meio de um mandado de segurança, o Grupo obteve trânsito em julgado favorável, que permitiu a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS. Tal decisão consentiu o direito a Eternit de reconhecer o valor de R\$ 58.432 dos referidos tributos em outras receitas operacionais em 2020, com base no Despacho Decisório no 721/2020 emitido pela Receita Federal do Brasil em 16 de julho de 2020. O pedido de habilitação foi homologado pela RFB, dessa forma, os valores estão sendo compensados através de declaração de compensação. A Companhia prevê realizar a compensação total dos créditos até 30 de junho de 2022;
- (iii) Em julgamento finalizado em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, decidiu pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores de juros de mora referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributários. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, bem como o processo específico da Companhia ainda pender de julgamento,

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

com base na sua melhor estimativa até a presente data a Companhia reavaliou o julgamento sobre esta ação judicial, conforme requerido pelo ICPC22/IFRIC23 e registrou crédito no valor de R\$ 8 milhões. Após o trânsito em julgado da ação judicial da Companhia, os referidos montantes serão considerados nas apurações fiscais, observadas as normas da RFB.

7. Investimentos e provisão para perda em investimentos

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	192.425	139.481
Adições (reduções) aos investimentos	-	24.032
Resultado da equivalência patrimonial	118.348	19.923
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	14.914	5.740
Dividendos declarados	(127.321)	-
Transferência para provisão para perdas em investimentos	7.033	3.249
Saldo final	205.399	192.425



Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

31/12/2021 Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Partic. %	Realiz. do lucro nos estoques	Resultado da equival. patrim.	Lucro não realizado nos estoques	Saldo de investimento	Mais valia	Total em provisão para perdas em investimento	Total em investimento
Sama S.A. - Minerações Associadas	262.186	189.157	73.028	84.867	99,99	-	84.867	-	73.028	-	-	73.028
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	52.469	20.379	32.090	2.958	99,70	-	2.949	-	31.994	-	-	31.994
Precon Goiás Industrial Ltda.	43.122	17.740	25.383	(6.498)	99,99	-	(6.498)	-	25.382	-	-	25.382
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (*)	38.348	33.352	4.996	(3.163)	73,90	-	(2.338)	-	3.692	3.297	-	6.989
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	179.890	109.474	70.416	48.148	99,99	(1.742)	46.401	(2.403)	68.006	-	-	68.006
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	39.727	50.010	(10.283)	(7.034)	99,99	-	(7.033)	-	(10.282)	-	10.282	-
Total	615.742	420.112	195.630	119.278		(1.742)	118.348	(2.403)	191.820	3.297	10.282	205.399

Investimentos nas controladas:

31/12/2020 Controladas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Partic. %	Realiz. do lucro nos estoques	Resultado da equival. patrim.	Lucro não realizado nos estoques	Saldo de investimento	Mais valia	Total em provisão para perdas em investimento	Total em investimento
Sama S.A. - Minerações Associadas	167.807	109.693	58.114	43.046	100,0	-	43.046	-	58.114	-	-	58.114
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	50.518	18.427	32.090	(7.325)	99,70	-	(7.303)	-	31.995	-	-	31.995
Precon Goiás Industrial Ltda.	48.285	16.405	31.880	(3.363)	99,99	-	(3.363)	-	31.878	-	-	31.878
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (*)	119.929	111.769	8.160	(27.256)	73,90	-	(20.140)	-	6.030	3.297	-	9.327
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	144.525	82.747	61.778	13.168	99,99	667	13.833	(661)	61.111	-	-	61.111
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	24.807	28.057	(3.249)	(6.151)	99,99	-	(6.150)	-	(3.249)	-	3.249	-
Total	555.871	367.098	188.773	12.119		667	19.923	(661)	185.879	3.297	3.249	192.425



Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

8. Partes relacionadas

Saldos e transações da controladora com partes relacionadas:

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controlada				
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	(20.568)	-	(20.568)
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	181.370	-	59.961	(49)
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	40.982	(31.786)	2.797	(32.707)
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	(24.363)	26	(24.006)
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	2.948	(17.032)	-	(17.620)
Sama S.A.	86.710	(13.080)	1.692	(20.902)
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A	24	(2)	499	(50)
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	6.413	(73)	7.392	(29)
Total controladas	318.447	(106.904)	72.367	(115.931)
Circulante	316.442	(69.703)	68.920	(71.753)
Não circulante	2.005	(37.201)	3.447	(44.178)

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Clientes (i)		Notas de débito (ii)		Adiantamento a fornecedores (vi)		Mútuo (iii)		Conta Corrente (iv)		Cessão de crédito (v)		Dividendos (vii)		Total	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
No ativo																
Controladas																
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	181.370	59.961	-	-	-	-	181.370	59.961
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	1.476	417	-	2.380	-	-	-	-	-	-	39.506	-	40.982	2.797
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	6	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.948	-	2.948	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	-	468	24	24	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	24	499
Sama S.A.	-	937	1.842	755	-	-	-	-	-	-	-	-	84.868	-	86.710	1.692
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	16	54	4.417	4.055	-	-	-	1.303	-	-	1.980	1.980	-	-	6.413	7.392
Total controladas	16	1.465	7.759	5.271	-	2.380	-	1.310	181.370	59.961	1.980	1.980	127.322	-	318.447	72.367
	Fornecedores (i)		Nota débito (ii)		Mútuo (iii)		Cessão de Crédito (v)		Conta Corrente (iv)		Adiantamento Clientes (vi)		Dividendos		Total	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
No passivo																
Controladas																
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.568)	(20.568)	-	-	-	-	(20.568)	(20.568)
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	(49)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(49)
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	(31.772)	(31.122)	1.757	186	-	-	-	-	-	-	(1.771)	(1.771)	-	-	(31.786)	(32.707)
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	(513)	(119)	(268)	(24.244)	(23.225)	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.363)	(24.006)
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	(47)	(55)	-	(580)	(503)	(503)	(16.482)	(16.482)	-	-	-	-	(17.032)	(17.620)
Companhia Sulamericana de Cerâmica	(1)	(50)	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(50)
Sama S.A.	-	(12)	(92)	(517)	(12.988)	(20.373)	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.080)	(20.902)
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	(28)	(19)	(45)	(10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(73)	(29)
Total	(31.801)	(31.716)	1.453	(713)	(37.232)	(44.178)	(503)	(503)	(37.050)	(37.050)	(1.771)	(1.771)	-	-	(106.904)	(115.931)

- (i) Fornecimento de matéria-prima (fibra sintética) e/ ou produtos acabados e prestação de serviços e/ ou contratos de locação, eliminados nas informações contábeis consolidadas do Grupo;
- (ii) Reembolsos de despesas corporativas sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros;
- (iii) Contratos de mútuo sobre os quais incidem Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, IRRF e variação de 100% e 122% a.a. do CDI, com prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses;
- (iv) Valores transferidos à controlada Atena e Córdoba responsáveis pela administração e pagamento de fornecedores do Grupo e dação de imóveis em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial;
- (v) Cessão de crédito celebrada em dezembro/2018, sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros;
- (vi) Compra antecipada de insumo para a produção de polipropileno;
- (vii) Distribuição de dividendos relativo ao lucro líquido auferido nas controladas no exercício.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes. A seguir estão demonstradas essas transações até 31 de dezembro de 2021.

	Vendas		Compras		Despesas administrativas		Outras despesas		Juros sobre mútuo despesa		Juros sobre mútuo receita	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
No resultado												
Controlada												
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	(101)	-	-	(111)	-	-	-	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	(153.904)	(91.996)	-	-	-	-	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	-	(351)	-	-	-	-	(1.163)	(1.085)	-	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	-	25	-	(8)	-	-	-	-	-	-	-	269
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sama S.A.	-	-	-	(1.276)	-	-	-	-	(809)	(1.202)	-	-
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	56	30	(37)	(55)	-	-	-	-	-	-	26	61
Total	56	55	(153.941)	(93.686)	(101)	-	-	(111)	(1.972)	(2.287)	26	330

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo reconheceu as despesas pagas com remuneração e benefícios de curto e longo prazo do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários, honorários e benefícios	4.444	4.491	5.492	5.449
Bônus (inclusive encargos)	7.226	717	7.483	905
Benefício pós-emprego	330	271	330	271
	12.000	5.479	13.305	6.625

Readequado a abertura do saldo de 2020, entre controladora e consolidado para base de comparabilidade.

A remuneração da Administração e Conselho Fiscal é estabelecida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) de acordo com a legislação societária e Estatuto Social da Companhia.

Deste modo, o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho Fiscal foi apresentado e aprovado na AGO realizada em 20 de abril de 2021, o qual foi fixado em até R\$ 9.065, sendo R\$ 6.136 para a Diretoria, R\$ 2.614 para o Conselho de Administração e R\$ 315 para o Conselho Fiscal para o exercício de 2021 (R\$ 8.863 para o exercício de 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a posição acionária da Administração e Conselho Fiscal foi de 849.956.656 ações - ETER3 (534.491 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), conforme demonstrado a seguir:

Demonstração das ações da Administração e Conselho Fiscal:

	31/12/2021	31/12/2020
Conselho de Administração	474.155	324.825
Diretoria	175.900	203.000
Conselho Fiscal	199.901	6.666
	849.956	534.491

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

9. Ativos mantidos para venda

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Condomínio Eldorado Bussiness Tower	-	796	-	796
CSC - Máquinas e Equipos	-	-	-	97.801
Precon - Unidade Anápolis (i)	-	-	2.303	7.265
Tégula - Unidade Anápolis (ii)	-	-	1.023	1.023
Tégula - Unidade Camaçari	-	-	-	935
Tégula - Unidade Frederico Westphalen (iii)	-	-	1.519	1.519
	-	796	4.845	109.339

Os ativos descritos nesta nota explicativa encontram-se disponíveis para venda. O objetivo desta desmobilização de ativos não operacionais é a realização de caixa para a Eternit. A venda dos ativos ocorrerá conforme as condições incluídas no Plano de Recuperação Judicial, homologado em junho de 2019.

- (i) **Precon - Unidade Anápolis:** o imóvel foi arrematado pela Química Amparo (YPÊ) no valor de R\$ 16.550. A empresa aguarda a homologação da arrematação pelo Juiz do Plano de Recuperação Judicial;
- (ii) **Tégula - Unidade Anápolis:** o leilão restou infrutífero. A empresa irá providenciar um novo edital para uma nova rodada de leilão;
- (iii) **Tégula - Unidade Frederico Westphalen:** o imóvel foi arrematado pela Pré Moldados no valor de R\$ 1.990. A empresa aguarda os desdobramentos do processo para o levantamento do valor.

O valor justo por meio do resultado, menos as despesas de venda do negócio, são superiores aos valores contábeis dos ativos relacionados. Não existem passivos associados aos ativos mantidos para venda.

10. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e se os valores puderem ser mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Notas Explicativas S.A.**(Em Recuperação Judicial)****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)**

A depreciação desses ativos inicia quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (impairment). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora						Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Imobilizações em andamento	
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.178	35.951	264.616	1.957	11.410	877	317.989
Adições	-	-	-	-	-	5.124	5.124
Baixas	-	-	(3.018)	(253)	(56)	-	(3.327)
Transferências	-	561	3.762	-	110	(4.433)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.178	36.512	265.360	1.704	11.464	1.568	319.786
Saldos em 1º de janeiro de 2021	3.178	36.512	265.360	1.704	11.464	1.568	319.786
Adições	-	-	-	-	-	43.662	43.662
Baixas	-	-	(27)	-	(45)	-	(72)
Transferências	581	313	13.280	-	676	(14.850)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.759	36.825	278.613	1.704	12.095	30.380	363.376
Taxas médias de depreciação		4	11,20	20	15	-	-
Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(24.016)	(159.290)	(1.039)	(9.786)	-	(194.131)
Adições	-	(815)	(9.883)	(152)	(478)	-	(11.328)
Baixas	-	-	2.009	78	56	-	2.143
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(24.831)	(167.164)	(1.113)	(10.208)	-	(203.316)
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	(24.831)	(167.164)	(1.113)	(10.208)	-	(203.316)
Adições	-	(825)	(8.924)	(132)	(418)	-	(10.299)
Baixas	-	-	27	-	44	-	71
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(25.656)	(176.061)	(1.245)	(10.582)	-	(213.544)
Perda por redução do valor recuperável							
Perda de ativos por substituição de matéria-prima							
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Perda por redução do valor recuperável							
Perda por redução ao valor recuperável - teste de impairment:							
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(2.051)	(7.414)	(62.690)	(403)	(920)	-	(73.478)
Reversão	2.051	7.414	62.690	403	920	-	73.478
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 1º de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-	-
Valor residual							
Em 31 de dezembro de 2019	1.127	3.909	37.729	515	704	877	44.861
Em 31 de dezembro de 2020	3.178	11.069	93.289	591	1.256	1.568	110.951
Em 31 de dezembro de 2021	3.759	10.557	97.645	459	1.513	30.380	144.313

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os bens do ativo imobilizado dados em garantia estão divulgados conforme a nota explicativa nº 28.

	Consolidado								Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Desmobilização e contenção da Mina	Imobilizações em andamento	Mais-valia do imobilizado	
Custo									
Saldos em 1º de janeiro de 2020	6.660	114.596	707.616	23.625	27.398	24.276	4.857	5.515	914.543
Adições	-	-	-	-	-	-	11.353	-	11.353
Baixas	-	(978)	(3.018)	(253)	(57)	-	(90)	-	(4.396)
Transferências	-	1.065	9.714	-	211	-	(10.990)	-	-
Ativo disponível para venda	(798)	(48.380)	(97.273)	(49)	(4.040)	-	(3)	-	(150.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.862	66.303	617.039	23.323	23.512	24.276	5.127	5.515	770.957
Saldos em 1º de janeiro de 2021	5.862	66.303	617.039	23.323	23.512	24.276	5.127	5.515	770.957
Adições	-	-	-	-	-	-	55.694	-	55.694
Baixas	(1.167)	(49.613)	(102.648)	(757)	(4.379)	-	(17)	-	(158.581)
Transferências	581	312	14.439	-	968	-	(16.300)	-	-
Ativo disponível para venda	798	48.050	98.457	57	4.316	-	17	-	151.695
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.074	65.052	627.287	22.623	24.417	24.276	44.521	5.515	819.765
Taxas médias de depreciação		4%	15,50%	23,40%	15%	4,10%			
Depreciação acumulada									
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(49.715)	(454.799)	(22.504)	(23.479)	(11.309)	-	-	(561.806)
Adições	-	(2.362)	(17.388)	(231)	(1.020)	(1.132)	-	-	(22.133)
Baixas	-	878	2.009	78	56	-	-	-	3.021
Ativo disponível para venda	-	6.734	36.350	29	3.153	-	-	-	46.266
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(44.465)	(433.828)	(22.628)	(21.290)	(12.441)	-	-	(534.652)
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	(44.465)	(433.828)	(22.628)	(21.290)	(12.441)	-	-	(534.652)
Adições	-	(1.453)	(13.537)	(177)	(787)	(1.132)	-	-	(17.086)
Baixas	-	8.203	37.506	773	3.456	-	-	-	49.938
Ativo disponível para venda	-	(6.658)	(35.489)	(37)	(3.396)	-	-	-	(45.580)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(44.373)	(445.348)	(22.069)	(22.017)	(13.573)	-	-	(547.380)
Perda por redução do valor Recuperável									
Perda de ativos por obsolescência									
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(630)	(6.959)	-	(2)	-	-	-	(7.591)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(630)	(6.959)	-	(2)	-	-	-	(7.591)
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	(630)	(6.959)	-	(2)	-	-	-	(7.591)
Reversão	-	18	2.052	-	2	-	-	-	2.072
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Perda por redução ao valor recuperável - teste de "impairment"									
Saldos em 1º de janeiro de 2020	(3.581)	(13.322)	(73.784)	(475)	(2.236)	(12.965)	6	-	(106.357)
Adição	-	-	(48.066)	-	-	-	-	-	(48.066)
Reversão	2.051	7.746	112.696	472	1.342	1.132	-	-	125.439
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.530)	(5.576)	(9.154)	(3)	(894)	(11.833)	6	-	(28.984)
Saldos em 1º de janeiro de 2021	(1.530)	(5.576)	(9.154)	(3)	(894)	(11.833)	6	-	(28.984)
Reversão	-	331	945	11	342	1.132	-	-	2.761
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(1.530)	(5.245)	(8.209)	8	(552)	(10.701)	6	-	(26.223)
Valor residual									
Em 31 de Dezembro de 2019	3.079	50.929	172.074	646	1.681	2	4.863	5.515	238.789
Em 31 de Dezembro de 2020	4.332	15.632	167.098	692	1.326	2	5.133	5.515	199.730
Em 31 de dezembro de 2021	4.544	14.822	168.823	562	1.848	2	44.527	5.515	240.643

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Perda por redução ao valor recuperável - teste de impairment

A Companhia atualmente possui três Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) em operação: (i) fibrocimento (Eternit S/A e Eternit Amazônia), que contemplam os ativos para produção de fibra sintética de polipropileno com unidade localizada em Manaus e os ativos para a produção de telhas de fibrocimento, com fábricas no Paraná, Rio de Janeiro, Goiás e Bahia; (ii) telhas de concreto (Tégula), com uma unidade localizada na cidade de Atibaia-SP e (iii) uma mineradora (Sama), que destina a totalidade da operação para fins exclusivos de exportação amparada na Lei do Estado de Goiás n. 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518.

A última revisão realizada do valor recuperável de seus ativos relevantes ocorreu em 31 de dezembro de 2021. A revisão foi preparada por uma empresa especializada e independente e efetuada com base no cálculo do valor em uso e no valor líquido de venda dos ativos. A conclusão dos testes de recuperabilidade destes ativos da Companhia e de suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no período.

As metodologias utilizadas para o teste de recuperabilidade dos ativos do Grupo, foram: (i) fluxo de caixa descontado para a UGC de Fibrocimento, contemplando a produção de fibra sintética de polipropileno (Eternit da Amazônia) e a produção de telhas de fibrocimento e; (ii) valor líquido de venda dos ativos para a UGC de Telhas de Concreto (Tégula).

O efeito da reversão referente à depreciação e amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sobre o saldo de perdas por redução ao valor recuperável foi de R\$ 2.743 no consolidado.

UGC de Fibrocimento (Eternit S/A e Eternit Amazônia)

As unidades industriais da Eternit S/A, juntamente com a unidade que produz a fibra sintética de polipropileno, localizada em Manaus, são consideradas como uma única UGC para fins de teste de recuperabilidade de ativos desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia fez a revisão do valor recuperável da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, utilizando as principais premissas para o cálculo do valor em uso mencionadas a seguir:

- **Período de avaliação:** dez anos;
- **Taxa de crescimento:** receitas, custos e despesas com base no orçamento 2022 aprovado pelo Conselho de Administração e, a partir do segundo ano, premissas macroeconômicas, tais como PIB e inflação projetada e a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável;
- **Taxa de desconto:** custo ponderado de capital do Grupo (WACC) de 14,6% a.a.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O valor operacional da UGC foi superior ao valor contábil dos ativos em 31 de dezembro de 2021, não possuindo indicativo de impairment pelo valor em uso.

UGC Telhas de Concreto (Tégula)

Para realizar o teste de recuperabilidade dos principais ativos do imobilizado da Companhia, alocados nas classes de máquinas e equipamentos, edificações e benfeitorias, moldes, terrenos e demais ativos, a Companhia utilizou o modelo do valor justo líquido de despesa de venda.

O valor resultante da avaliação a valor justo da UGC no exercício findo de 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 53.522, sendo muito superior ao valor contábil de R\$ 24.647.

A mensuração considerou os seguintes métodos de avaliação:

- (i) **Edificações e benfeitorias:** custo de reprodução. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil, não apresentaram perda por redução no valor recuperável (impairment);
- (ii) **Terrenos:** método comparativo. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não apresentaram perda por redução no valor recuperável (impairment);
- (iii) **Máquinas, equipamentos, moldes e demais ativos:** valor de mercado para os itens similares encontrados no mercado e custo de aquisição depreciado para os itens que não possuem similares no mercado. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não apresentaram perda por redução no valor recuperável (impairment).

Deste modo, a Companhia não registrou provisão para perda por redução no valor recuperável dos ativos imobilizados e intangível, uma vez que o seu valor justo foi superior ao valor contábil.

UGC Mineração (Sama)

Conforme divulgado em nota explicativa às demonstrações contábeis da Eternit, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, devido à hibernação das atividades de mineração, a Companhia registrou uma provisão para perda por recuperabilidade de seus ativos correspondente a R\$ 7.835, não havendo a necessidade de revisão da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 decorrente, principalmente, às incertezas jurídicas que possam afetar a continuidade operativa da controlada.

Dessa forma, a Administração aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) contra a Lei do Estado de Goiás, de forma a revisar o teste de recuperabilidade de seus ativos (impairment).

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

11. Intangível

	Controladora		
	Software	Software em andamento	Total
Custo			
Saldo em 1º de janeiro de 2020	16.817	-	16.817
Adições	-	6	6
Transferência	6	(6)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.823	-	16.823
Saldo em 1º de janeiro de 2021	16.823	-	16.823
Adições	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.823	-	16.823
Vida útil (em anos)	5		
Amortização:			
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(14.649)	-	(14.649)
Adições	(1.067)	-	(1.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(15.716)	-	(15.716)
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(15.716)	-	(15.716)
Adições	(555)	-	(555)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(16.271)	-	(16.271)
Perda por redução do valor recuperável			
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(2.032)	-	(2.032)
Reversão	2.032	-	2.032
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Valor residual			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	136	-	136
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.107	-	1.107
Saldo em 31 de dezembro de 2021	552	-	552

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado				Total
	Software	Deságio e Mais valia do intangível	Marcas e patentes	Software em andamento	
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	29.361	16.538	957	-	46.856
Adições	-	-	-	91	91
Transferências	91	-	-	(91)	-
Disponível p/ venda	(2.874)	-	-	-	(2.874)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	26.578	16.538	957	-	44.073
Saldo em 1º de janeiro de 2021	26.578	16.538	957	-	44.073
Adições	-	-	-	49	49
Baixas	(2.857)	-	(17)	-	(2.874)
Transferências	49	-	-	(49)	-
Disponível p/ venda	2.914	-	17	-	2.931
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.684	16.538	957	-	44.179
Vida útil (em anos)					
Amortização:					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(26.329)	-	-	-	(26.329)
Adições	(1.547)	-	-	-	(1.547)
Disponível p/ venda	2.657	-	-	-	2.657
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(25.219)	-	-	-	(25.219)
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(25.219)	-	-	-	(25.219)
Adições	(687)	-	-	-	(687)
Baixas	2.656	-	-	-	2.656
Disponível p/ venda	(2.714)	-	-	-	(2.714)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(25.964)	-	-	-	(25.964)
Perda por redução do valor recuperável					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.429)	(16.558)	(956)	-	(19.943)
Reversões	2.231	-	-	-	2.231
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(198)	(16.558)	(956)	-	(17.712)
Reversões	101	-	-	-	101
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(97)	(16.558)	(956)	-	(17.611)
Valor residual					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	603	(20)	1	-	584
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.161	(20)	1	-	1.142
Saldo em 31 de dezembro de 2021	623	(20)	1	-	604

12. Ativo de direito de uso e obrigações de arrendamento

O principal efeito decorre do reconhecimento do contrato de aluguel do terreno e galpão industrial onde se encontra instalada a fábrica de fibra de polipropileno em Manaus-AM, com prazo de vencimento em março de 2027. Para o cálculo do valor presente foi utilizada a taxa de desconto de 15% a.a., correspondente ao custo médio ponderado para o financiamento de ativos desta categoria, haja vista que o Grupo possui o direito de controlar o ativo por um longo período em troca de contraprestação.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado	
	Edifícios	Total
Ativo		
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	11.210	11.210
Reversão	(900)	(900)
Depreciação	(1.161)	(1.161)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.149	9.149
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	9.149	9.149
Depreciação	(1.391)	(1.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.758	7.758
Passivo		
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	(11.210)	(11.210)
Reversão	900	900
Pagamento	2.140	2.140
Correção	(1.006)	(1.006)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(9.176)	(9.176)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	(9.176)	(9.176)
Pagamento	2.623	2.623
Correção	(1.233)	(1.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.786)	(7.786)
Circulante	(6.572)	(6.572)
Não Circulante	(1.214)	(1.214)
Resultado		
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-	-
Depreciação	1.161	1.161
Juros	1.006	1.006
Total das despesas apropriadas no resultado de 31 de dezembro 2020	2.167	2.167
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-	-
Depreciação	1.390	1.390
Juros	1.233	1.233
Total das despesas apropriadas no resultado de 31 de dezembro 2021	2.623	2.623

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	30.419	10.247	41.018	19.858
Mercado externo	216	7.759	3.555	10.330
Mercado interno recuperação judicial (i)	2.461	13.428	5.435	30.155
Mercado externo recuperação judicial (i)	-	-	193	193
	33.096	31.434	50.201	60.536

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do Plano de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota explicativa 1.1, totalizavam R\$ 2.772 na controladora, sendo, R\$ 2.028 relativo a Classe III e R\$ 744 na Classe IV. No consolidado R\$ 5.628, sendo R\$ 4.568 na Classe III e R\$ 1.060 da Classe IV.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

14. Empréstimos e financiamentos

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (“*pro rata temporis*”), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não efetuou capitalização de custos com empréstimos que foram diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos qualificáveis.

Composição dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora				
	31/12/2021			31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Moeda nacional:					
Fiança honrada	-	-	-	9.327	9.327
Total moeda nacional	-	-	-	9.327	9.327
	Consolidado				
	31/12/2021			31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Moeda nacional:					
Para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços (i)*	3.911	33.485	37.396	40.269	40.269
Capital de giro (i)*	-	-	-	16.792	16.792
Fiança honrada (i)*	-	-	-	9.327	9.327
Total moeda nacional	3.911	33.485	37.396	66.388	66.388

(i) A dívida bruta no valor de R\$ 37.396, apresentado no consolidado refere-se ao Banco da Amazônia, que compõe o saldo da Classe II do Plano de Recuperação Judicial, com encargos financeiros de 8,24% a.a. e bônus de adimplência de 15% sobre a taxa para pagamentos realizados até a data de vencimento. O saldo remanescente será quitado em 114 parcelas e será liquidado no ano de 2030;

(*) As taxas foram repactuadas no Plano de Recuperação Judicial.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O Grupo não possui contratos de empréstimos sujeitos a cláusulas restritivas financeiras (“covenants”).

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2020	9.327	66.388
Capitalização de Juros	569	1.594
Amortização (i)	(9.896)	(33.802)
Juros e Encargos	-	3.216
Saldo Final em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>37.396</u>

(i) Contempla amortização do principal e juros.

Composição por vencimento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Vencimento		
2022	-	3.910
2023	-	3.910
2024	-	3.910
2025	-	3.910
2026 até 2030	-	21.756
	<u>-</u>	<u>37.396</u>

15. Obrigações com pessoal

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
13º salário	-	-	-	-
Férias	8.381	6.522	11.611	8.201
Participação nos lucros e resultados	4.045	3.829	5.913	4.755
Bônus (ii)	8.541	3.492	8.541	3.921
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	376	485	548	880
Instituto nacional do seguro social - INSS (i)	7.539	8.643	9.652	10.925
Outros	26	5	272	305
	<u>28.908</u>	<u>22.976</u>	<u>36.537</u>	<u>28.987</u>
Circulante	22.692	15.746	29.530	19.981
Não circulante	6.216	7.230	7.007	9.006

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, saldo a pagar se refere a débitos junto ao INSS. Os débitos foram parcelados em até 84 parcelas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conformidade com a Lei 11.101/2005, totalizando R\$ 5.602 na controladora, sendo R\$ 1.358 no passivo circulante e R\$ 4.244 no passivo não circulante. No consolidado R\$ 6.938, sendo R\$ 1.903 no passivo circulante e R\$ 5.035 no passivo não circulante com liquidação final prevista para 2025;
- (ii) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a pagar de bônus contempla: R\$ 2.483 a colaboradores, R\$ 4.088 ao conselho administrativo e R\$ 1.877 aos diretores.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

16. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda - IRPJ	3.638	296	3.905	319
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL		298	438	414
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (i)	14.286	13.503	15.866	15.445
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	3.405	2.931	3.406	2.937
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	996	1.684	1.367	2.246
Programa de integração social - PIS	225	364	295	480
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.253	755	2.702	1.065
Imposto sobre operações financeiras - IOF	-	1	66	42
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais - CFEM	-	-	419	224
Instituto nacional de seguro social- INSS	115	78	285	207
Imposto sobre qualquer natureza - ISS	51	43	82	73
Parcelamento de tributos (ii)	11.625	17.133	38.800	49.792
Outros	66	87	181	141
	36.660	37.173	67.812	73.385
Circulante	24.411	21.235	34.919	31.029
Não circulante	12.249	15.938	32.893	42.356

- (i) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais “Produzir” e “Desenvolve” na controladora e “Produzir” na controlada Tégula;
- (ii) Os débitos foram parcelados em até 84 parcelas, para Receita Federal do Brasil e Secretaria de Estado da Fazenda em conformidade com a Lei nº 11.101/2005 e disposições legais das unidades federativas, totalizando R\$ 5.455 no passivo circulante na controladora e R\$ 5.699 no passivo não circulante. No consolidado R\$ 12.931 no passivo circulante e R\$ 25.397 no passivo não circulante com liquidação prevista até 2025.

17. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de clientes	6.172	12.241	7.489	13.317
Comissões no mercado interno (i)	13.437	10.110	17.297	11.329
Comissão no mercado externo (i)	-	-	740	1.634
Provisão para destinação de resíduos (ii)	4.667	5.855	4.667	5.855
Provisão para garantia	168	79	168	172
Fretes a pagar	-	-	15.649	3.398
Colcerâmica - Companhia Colombiana de Cerâmica S.A.S (iii)	-	7.210	-	50.004
Outras contas a pagar (iv)	1.846	1.480	5.507	12.739
	26.290	36.975	51.517	98.448
Circulante	26.290	36.909	51.517	98.382
Não circulante	-	66	-	66

- (i) Comissões pagas a representantes comerciais no negócio de fibrocimento e exportação de crisotila;

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (ii) Provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo crisotila em sua composição originados do processo de quebra ou devoluções;
- (iii) Em decorrência do evento da recuperação judicial do Grupo Eternit, os valores devidos pela controlada CSC foram antecipados e executados por instituições financeiras no exercício de 2018. Tais valores devidos eram garantidos parcialmente pela Colcerâmica. Adicionalmente, as instituições financeiras executaram a garantia em montante excedente ao valor devido pela participação da Colcerâmica na CSC. Neste sentido, a Colcerâmica se tornou credora da CSC, constando, portanto, do Quadro Geral de Credores do Plano de Recuperação Judicial homologado em 11 de junho de 2019, que foi quitado no 2º trimestre de 2021;
- (iv) Referem-se substancialmente a provisão para serviços prestados.

18. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Eternit possui diversos processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro da Eternit, com base nas informações disponíveis até a data de publicação destas informações contábeis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Processos trabalhistas	48.493	45.198	61.103	53.753
Processos cíveis	3.845	4.275	8.837	9.351
Processos tributários	1.205	13.022	1.265	18.509
	53.543	62.495	71.205	81.613

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão apresentadas a seguir:

	Controladora			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	44.952	3.978	12.455	61.385
Adições	3.100	401	657	4.158
Reversões	(589)	(80)	(90)	(759)
Baixas	(2.265)	(24)	-	(2.289)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	45.198	4.275	13.022	62.495
Saldo em 31 de dezembro de 2020	45.198	4.275	13.022	62.495
Adições	11.773	586	666	13.025
Reversões	(8.478)	(1.016)	(12.483)	(21.977)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.493	3.845	1.205	53.543

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado			Total
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	58.616	9.089	18.915	86.620
Adições	4.218	451	676	5.345
Reversões	(773)	(166)	(1.090)	(2.029)
Baixas	(8.301)	(23)	1	(8.323)
Transferências	(7)	-	7	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	53.753	9.351	18.509	81.613
Saldo em 31 de dezembro de 2020	53.753	9.351	18.509	81.613
Adições	17.352	777	686	18.815
Reversões	(10.002)	(1.291)	(17.930)	(29.223)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	61.103	8.837	1.265	71.205

(i) Na área trabalhista e cível, as principais provisões englobam:

- a) Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de: (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras;
- b) Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra a Companhia. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da antiga unidade industrial localizada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, cujas atividades foram encerradas no início dos anos 90. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA, também na Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Em 01 de março de 2016, as duas ações foram julgadas parcialmente procedentes em primeira instância. A Companhia apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região reformado em parte a decisão de 1ª instância. Os termos mais significativos são as exclusões das seguintes condenações:
 - (i) Indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100 milhões;
 - (ii) Indenização por danos morais no valor de R\$ 50 mil em favor de cada ex-colaborador não diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto;
 - (iii) Toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-colaboradores.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Foram reduzidas as seguintes condenações: Danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-colaborador já diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto para R\$ 100 mil e R\$ 50 mil, respectivamente; danos morais fixados em favor do Espólio de cada ex-colaborador falecido após o ajuizamento das ações para R\$ 100 mil. Foi mantida a seguinte condenação: assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao amianto. Contra esta decisão foi apresentado Recurso ao TST, cujo seguimento foi negado. A Companhia interpôs agravo de instrumento que foi encaminhado ao TST para exame. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e como resultado a Administração do Grupo reconheceu provisão para riscos, em exercícios anteriores, no montante de R\$ 21.110. Foi apresentado recurso ao TST, ainda pendente de julgamento.

- c) Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho uma Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$ 1 bilhão. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e constituída provisão no montante de R\$ 800 mil. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região condenado o Grupo no valor de R\$ 50 milhões a título de dano moral coletivo, entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão perante o TST, que foi admitido em parte e, nessa parte, atribuído efeito suspensivo.

Desta decisão, na parte inadmitida, o Grupo interpôs agravo de instrumento. O recurso está pendente no TST. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, tendo sido julgada parcialmente procedente. Ambas as partes apresentaram recurso ordinário. Parte desta decisão foi considerada como provável no que diz respeito à obrigação de custear assistência médica a quem demonstrar portar doença relacionada ao amianto e possível o risco da condenação à obrigação de custear assistência médica a todos os ex-empregados independentemente de prova de doença relativa ao amianto. Em dezembro de 2021, foi negado provimento ao Recurso Ordinário interposto pela ETERNIT para condená-la ao custeio das despesas de deslocamento de ex-trabalhadores para a cidade do Rio de Janeiro, comprovadamente necessários ao acesso à integral assistência à saúde, qualquer que seja o domicílio dos beneficiários.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- d) Ação Civil Pública consumerista no montante de R\$ 3.004, na qual a Administração do Grupo reconheceu provisão pelo mesmo montante em exercícios anteriores, ajuizada pelo Ministério Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro, visando a proibição da comercialização e fabricação dos produtos que contenham amianto em sua composição no estado do Rio de Janeiro. Em 23 de janeiro de 2021 foram apresentados Recurso Especial e Extraordinário em face do acórdão, que foram inadmitidos em sede de juízo de admissibilidade. Em razão da referida decisão foi interposto Agravo em Recurso Especial e Agravo em Recurso Extraordinário, que aguardam julgamento.
- (ii) Na área tributária as principais provisões englobam:
- a) Cobrança de débito fiscal por supostas diferenças nos valores recolhidos ou creditados a título de ICMS; e
- b) Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS.
- (iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2021, havia reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários e administrativos contra a Companhia, para os quais os consultores jurídicos classificaram como possível perda e que podem ser mensurados confiavelmente no montante consolidado de R\$ 254.445, e, portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos. Adicionalmente, a Administração da Companhia em conjunto com seus consultores jurídicos, reaceessou suas estimativas e controles, no intuito de aprimorar a avaliação do prognóstico das causas e da mensuração com base no entendimento das reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra a Companhia as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foi considerada como possível pelos consultores jurídicos e onde alguns valores não são mensuráveis até a presente data das demonstrações contábeis:

- a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor do pedido das ações monta em R\$ 50 milhões. A Ação civil pública referente à saúde foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$ 500 milhões a título de danos morais coletivos entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, que se encontra pendente de julgamento.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A ação de natureza ambiental foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$ 31.423 a título de dano moral coletivo entre outros, tendo sido apresentado recurso perante o Tribunal Regional Federal, julgado parcialmente procedente para a retirada de algumas obrigações acessórias, mantendo a condenação de danos morais coletivos. Em seguida, foi negado provimento aos Embargos de Declaração e por fim, foram apresentados Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ainda pendentes de julgamento.

- b) Ação Civil Pública e uma ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA;
- c) Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item ii “b”, desta nota foram consideradas como perda possível pelos assessores jurídicos do Grupo;
- d) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho uma Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Estado do Paraná. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivos no valor de R\$ 85 milhões. Esta ação foi julgada parcialmente procedente, exclusivamente para impor a Eternit que deixe de utilizar o amianto crisotila em sua atividade empresarial e dê destinação a resíduos. Os pedidos indenizatórios foram julgados improcedentes. Cabe ressaltar que o Grupo descontinuou o uso do amianto crisotila como matéria-prima na produção da fábrica do Paraná desde novembro de 2017. Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de novembro de 2018, foram julgadas improcedentes as indenizações a títulos de dano moral coletivo no valor de R\$ 85 milhões. O MPT apresentou recurso ordinário que não foi conhecido. Interpuseram Agravo de instrumento em razão do não conhecimento do recurso, o qual foi julgado procedente para devolver os autos à primeira instância para análise dos embargos de declaração opostos pelo MPT. Em março de 2020 referidos embargos de declaração foram rejeitados e o MPT apresentou recurso ordinário, que foi rejeitado. MPT interpôs recurso de revista, o qual foi parcialmente admitido pela Presidência do TRT-9. Contra a parcela da decisão que inadmitiu seu recurso, o MPT opôs embargos de declaração. Eternit apresentou contrarrazões ao recurso de revista. Os autos foram remetidos à conclusão do Desembargador Vice-Presidente em 13 de novembro de 2021;
- e) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho da Bahia. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$ 225 milhões. A ação encontra-se em fase de instrução. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, que se encontra em fase pericial;

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- f) Em 2021, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública contra a TSL - Transportes Scatuzzi LTDA, ETERNIT S/A e SAMA S/A, perante a 7ª Vara do Trabalho de Santos/SP. Nesta ação, discute-se assuntos referentes à exportação da matéria-prima (amianto) pelo Porto de Santos, além do pedido de indenização, a título de danos morais coletivos, no valor de R\$ 5 milhões. A ação foi julgada parcialmente procedente, com a proibição de exportação da fibra de crisotila via Santos, Guarujá e Cubatão, além da condenação ao pagamento de dano moral coletivo, confrontando duas decisões favoráveis à ETERNIT S/A proferidas pelo E. STF. ETERNIT S/A e SAMA S/A apresentaram Recurso Ordinário perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, ainda pendente de julgamento.

Os depósitos judiciais para garantias de execução e depósitos recursais vinculados às provisões para riscos estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

19. Patrimônio líquido

(i) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social do Grupo, totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 438.082 (R\$ 385.537 em dezembro de 2020) e estava representado por 61.766.787 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído como demonstrado a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Composição acionária				
Pessoas Físicas	26.615	28.839.214	23.605	29.502.397
Pessoas Jurídicas	169	1.913.273	114	819.160
Pessoas residentes no exterior	37	3.220.737	9	577.413
Clubes, fundos e fundações	160	27.793.563	81	20.766.797
	26.981	61.766.787	23.809	51.665.767
Ações em tesouraria	1	9.788	1	9.788
	26.982	61.776.575	23.810	51.675.555

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 08 de junho de 2021, o Conselho de Administração aprovou, a homologação do Aumento de Capital Social, mediante a emissão de 10.101.020 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 10,89 por ação, equivalente a R\$ 110.000 (cento e dez milhões de reais).

Conforme informado ao mercado, o aumento de capital teve como objetivo levantar recursos necessários para proceder com a aquisição da Confibra Indústria e Comércio Ltda., promovendo um movimento de consolidação setorial.

O preço de emissão das novas ações ("Preço de Emissão") foi fixado nos termos das regras previstas no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das S.A. e respeitadas as disposições do Parecer de Orientação CVM nº. 1, de 27 de setembro de 1978, conforme alterado, ou seja, conjuntamente pela perspectiva de rentabilidade da Companhia ("Valor Econômico"); pelo valor do patrimônio líquido da ação ("Valor Patrimonial"); e, pela cotação das ações na B3 ("Valor de Mercado").

O Valor Econômico foi apurado mediante laudo elaborado por empresa especializada escolhida pela Administração, cabendo à empresa especializada definir o critério e a metodologia para mensuração do valor econômico.

O Valor Patrimonial foi definido com base nas demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 (demonstrações contábeis padronizadas) divulgado ao mercado pela Eternit, ou seja, data-base 31 de dezembro de 2020.

O Valor de Mercado foi definido com base na cotação de fechamento dos 30 pregões realizados no ambiente da B3 que antecederem a RCA, abrangendo o período de 03 de fevereiro de 2021 a 18 de março de 2021.

Para fins de definição do Preço de Emissão, foi desconsiderado o menor Preço de Emissão indicado pelo Valor Econômico, pelo Valor Patrimonial e pelo Valor de Mercado, ou seja, foi desconsiderado o Valor Patrimonial. A média aritmética do Valor Econômico e Valor de Mercado resultou no valor de R\$ 12,81 por ação.

O Preço de Emissão foi fixado em R\$ 10,89 por ação, representando um deságio de 15% frente ao valor da média aritmética do Valor Econômico e Valor de Mercado.

Em 29 de setembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a redução de capital social da Companhia no valor de R\$ 57.455, diante da absorção de prejuízos acumulados. Em decorrência desta decisão, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 438.082, sem modificação da quantidade de ações de emissão da Companhia.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(ii) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado das 9.788 mil ações em tesouraria era de R\$ 205 (R\$ 124 em 31 de dezembro de 2020 referente a 9.788 mil ações), registradas pelo valor histórico de R\$ 174.

(iii) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) do exercício aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício atribuível aos controladores	269.377	158.751
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzida da média das ações ordinárias em tesouraria	61.767	51.666
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	4,3612	3,0723

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

(iv) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação (R\$)
RCA (*) de 14 de dezembro de 2021	30/12/2021	14.918	0,2415
		<u>14.918</u>	

(*) RCA - Reunião do Conselho de Administração.

(v) Dividendos

Os dividendos propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação (R\$)
RCA (*) de 22 de fevereiro de 2022	08/04/2022	24.320	0,39373
		<u>24.320</u>	

(*) RCA - Reunião do Conselho de Administração.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2021, representa:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Juros sobre capital próprio	25	-
Dividendos	24.320	-
	24.355	-

(vi) Subvenção para investimentos

Foram registrados complementos no montante de R\$ 29.219 referente incentivos fiscais de ICMS conforme lei Complementar nº 160/2017 dos exercícios de 2016 a 2020. Adicionalmente, a Companhia registrou o valor de R\$ 20.022, relativo ao exercício de 2021.

(vii) Destinação do resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	269.377	158.751
Absorção de prejuízo acumulado	(105.039)	(158.751)
Constituição de Reservas:		
Legal	(8.221)	-
Estatutária	(8.221)	-
Subvenção de Investimento	(49.241)	-
Retenção de lucros	(59.417)	-
Lucro disponível	39.238	-
Juros sobre o capital próprio propostos e pagos	(14.918)	-
Dividendos obrigatórios propostos	(12.005)	-
Dividendos adicionais propostos	(12.315)	-
Total	(39.238)	-
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	24.685	-

	Controladora
Retenção de Lucro em 2020	(85)
Lucros retidos do exercício	98.740
Juros sobre o capital próprio propostos e pagos	(14.918)
Dividendos obrigatórios propostos	(12.005)
Dividendos adicionais propostos	(12.315)
Retenção de Lucro em 2021	59.417

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

Política contábil

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, em função da exclusão de receitas ou adição de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos no final de cada exercício, sobre as diferenças entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na taxa de imposto esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas que foram promulgadas por lei tributária na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

- (i) Reconciliação do benefício (despesas) de Imposto de Renda e Contribuição Social com seus valores nominais.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A conciliação das taxas efetiva e nominal de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	296.236	179.807	347.023	193.651
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e de contribuição social, às alíquotas nominais	(100.720)	(61.134)	(117.988)	(65.841)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	40.238	6.774	-	-
Incentivo fiscal (a)	7.447	1.444	17.116	3.248
Provisão para bônus e honorários da diretoria	(2.066)	(1.272)	(2.335)	(1.483)
Reversão da perda por redução ao valor recuperável do imobilizado	-	25.674	-	27.066
Impairment	-	-	180	-
Compensação do prejuízo fiscal e base negativa	14.231	9.692	16.885	14.049
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como imposto de renda e contribuição social diferidos	4.075	(2.258)	5.428	2.384
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(6.901)	(14.307)
Outras (adições) exclusões líquidas	9.936	24	10.037	(34)
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício	(26.859)	(21.056)	(77.578)	(34.918)
Imposto de renda e contribuição social correntes (b)	(27.793)	(8.939)	(79.409)	(22.457)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	934	(12.117)	1.831	(12.461)
	(26.859)	(21.056)	(77.578)	(34.918)

- a) Incentivos fiscais de ICMS dos Estados Bahia e Goiás;
b) Em setembro de 2021 a Companhia reconheceu crédito pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributários (vide Nota Explicativa nº 6).

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(ii) Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	3.355	5.193	38.048	14.497
Benefícios pós-emprego	13.555	11.886	27.752	31.245
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18.204	21.248	24.203	27.742
Lucros não realizados nos estoques	-	-	1.238	341
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	221	1.525	401	3.204
Provisão para participação nos lucros e resultados	3.609	1.926	3.781	2.080
Mercadorias não embarcadas	-	-	13.809	4.123
Perda por redução ao valor recuperável (*)	1.877	1.877	11.378	33.263
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	1.889	2.296	4.322	6.705
Provisão Perda Remonte Mina	-	-	3.153	2.422
Crédito Extemporâneo de Exclusão do ICMS da base do PIS & COFINS	(11.184)	(17.310)	(11.184)	(17.310)
Outras provisões	3.722	2.711	4.680	2.478
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como impostos de renda e contribuição social diferidos	(43.077)	(43.469)	(96.625)	(116.409)
Efeito do prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos como impostos diferidos	(3.355)	-	(35.827)	(7.083)
	<u>(11.184)</u>	<u>(12.117)</u>	<u>(10.871)</u>	<u>(12.702)</u>

(*) Vide Nota Explicativa nº 10 e 11.

O passivo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, realizada pela Companhia e por sua controlada Tégula para o período de 10 anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

No exercício findo em 31 de dezembro 2021, a Companhia não constituiu impostos diferidos para o prejuízo fiscal e para base negativa nos montantes de R\$ 485.878 do saldo consolidado de prejuízo fiscal (R\$ 515.243 em 2020) e R\$ 544.014 da base negativa de contribuição social (R\$ 573.380 em 2020).

21. Receita líquida

Política contábil

A receita é mensurada quando, ou à medida que, uma obrigação de desempenho (última etapa para reconhecimento da receita) for atendida, reconhecendo o seu preço de transação deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A receita na venda de produtos é reconhecida quando os critérios estabelecidos em contrato são atendidos, conforme o seguinte procedimento:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação e as obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de venda de produtos e mercadorias	1.043.810	678.974	1.393.132	860.363
Receita bruta de locação de imóveis	-	-	-	5
Descontos e abatimentos incondicionais	(1.053)	(1.724)	(1.058)	(1.945)
Impostos incidentes sobre as vendas (*)	(247.326)	(163.376)	(268.949)	(175.000)
	795.431	513.874	1.123.125	683.423

(*) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 29.

22. Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(512.711)	(385.450)	(632.075)	(456.079)
Despesas com vendas	(51.934)	(37.443)	(94.141)	(60.499)
Despesas gerais e administrativas	(50.290)	(39.050)	(89.080)	(75.695)
Remuneração da Administração	(6.425)	(6.625)	(7.775)	(6.625)
	(621.360)	(468.568)	(823.071)	(598.898)
Matéria-prima consumida	(374.317)	(281.841)	(470.591)	(317.963)
Despesas com pessoal e encargos	(115.269)	(88.297)	(142.984)	(114.213)
Materiais, energia elétrica e serviços	(55.071)	(42.176)	(65.448)	(57.259)
Serviços de terceiros	(19.300)	(15.830)	(55.536)	(38.333)
Depreciação e amortização	(10.854)	(8.520)	(16.421)	(19.277)
Comissões sobre vendas	(22.906)	(15.407)	(27.154)	(18.897)
Despesas de vendas variáveis (i)	-	-	(13.277)	(6.540)
Aluguel de bens móveis	(9.467)	(6.897)	(9.686)	(8.482)
Gastos de paradas	(18)	(117)	(3.630)	(1.402)
Despesas com viagens	(2.738)	(2.244)	(4.155)	(3.173)
Despesas com material e serviços de informática	(3.000)	(2.696)	(5.621)	(5.169)
Propaganda e publicidade	(2.382)	(509)	(2.563)	(1.076)
Contribuição para entidades de classe	(415)	(272)	(1.127)	(1.176)
Impostos e taxas	(1.933)	(2.020)	(2.875)	(3.060)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(531)	188	(562)	(512)
Perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques	486	1.190	2.503	(1.871)
Substituição de produto avariado	(542)	(371)	(598)	(398)
Garantia de qualidade	(2.305)	(1.984)	(2.374)	(2.299)
Auxílio moradia	(59)	(18)	(59)	(18)
Outras	(738)	(747)	(912)	2.220
	(621.360)	(468.568)	(823.071)	(598.898)

(i) Despesa com CFEM e “royalties” variáveis sobre o faturamento da controlada Sama pagos ao Governo do Estado de Goiás.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

23. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas operacionais:				
Venda de bens do imobilizado (i)	1	1.868	128.224	4.159
Aluguéis	-	-	905	1.202
Recuperação de tributos	9.442	49.797	14.768	54.262
Benefício ICMS crédito estímulo (ii)	-	-	20.896	9.833
Outras	3.384	396	7.036	1.955
	12.827	52.061	171.829	71.411
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.957	(2.860)	6.289	(2.824)
Provisão para benefício pós-emprego	(783)	(3.980)	(4.950)	(9.983)
Recuperação Ambiental	-	-	(216)	(308)
Impostos e taxas	(141)	(61)	(263)	(67)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(1.258)	(3.030)	(1.514)	(3.210)
Custo da baixa de imobilizado e intangível (iii)	(1)	(1.303)	(109.728)	(1.403)
Desmontagem e reestruturação	-	-	-	(1.297)
Contribuições sobre incentivos fiscais	(1.260)	(621)	(3.188)	(1.475)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	-	71.636	5.645	71.629
Ganho com operação de processos judiciais	1.794	-	1.936	-
Outras	(9.587)	(10.588)	(20.245)	(18.384)
	(6.279)	49.193	(126.234)	(32.678)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.548	101.254	45.595	104.089

- (i) Vendas através de leilão dos ativos da UPI-Louças Sanitárias (CSC) constantes no Plano de Recuperação Judicial do imóvel de Camaçari-BA e do imóvel de Aparecida de Goiânia-GO;
- (ii) Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais na controlada Eternit da Amazônia;
- (iii) Custo das baixas dos ativos constantes no item (i) e baixa por sucata e doação dos equipamentos da Precon transferidos para as unidades de fibrocimento.

24. Resultado financeiro

Política contábil

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras				
Juros sobre mútuo	(1.972)	(2.287)	-	-
Juros passivos (i)	(1.323)	(5.681)	(7.621)	(14.569)
Despesas bancárias	(2.864)	(2.010)	(3.988)	(2.880)
Descontos concedidos	(8)	(204)	(8)	(351)
IOF	(528)	(603)	(576)	(670)
Variações monetárias passivas	-	-	(143)	(105)
Outras	(236)	(88)	(2.089)	(1.364)
	(6.931)	(10.873)	(14.425)	(19.939)
Receitas financeiras				
Rendimento aplicações financeiras - incluindo certificado de depósitos bancários	1	3	9.261	528
Descontos obtidos	89	60	207	115
Juros ativos	810	541	1.006	598
Juros sobre mútuo	26	330	-	-
Variações monetárias ativas (ii)	3.244	23.041	5.001	24.434
Outras	14	-	15	-
Líquido de variações cambiais (iii)	16	222	310	(699)
	4.200	24.197	15.800	24.976
Resultado financeiro líquido	(2.731)	13.324	1.375	5.037

- (i) Juros referentes à dívida concursal, parcelamentos de tributos e antecipação de recebíveis no exercício de 2020;
- (ii) As variações monetárias ativas são referentes a depósitos judiciais e saldo negativo de IRPJ e CSLL;
- (iii) No Consolidado, em 2020 foi realizada readequação dos valores para comparação com 2021.

25. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os seguintes segmentos operacionais: Fibrocimento, contemplando a fibra de polipropileno, Crisotila, Telhas de Concreto e Outros. As informações apresentadas na coluna “Outros” se referem a gastos e receitas não diretamente atribuíveis a esses segmentos.

Controladora e Consolidado	
Descrição	Área geográfica
Fibrocimento	Mercado interno
Crisotila	Mercado externo
Telhas de concreto	Mercado interno
Outros	Mercado interno

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2021					Total consolidado
	Fibrocimento (i)	Crisotila (ii)	Telhas de concreto	Outros (iii)	Eliminações	
Receitas líquidas:						
Mercado Interno	837.049	-	16.719	619	-	854.387
Mercado Externo	-	268.738	-	-	-	268.738
	837.049	268.738	16.719	619	-	1.123.125
Custo dos produtos vendidos	(510.950)	(103.089)	(14.625)	(3.411)	-	(632.075)
Lucro bruto	326.099	165.649	2.094	(2.792)	-	491.050
Receitas (despesas) operacionais	(98.525)	(39.465)	(8.982)	1.571	-	(145.401)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	227.574	126.184	(6.888)	(1.221)	-	345.649
Venda de produtos						
Venda para terceiros (em toneladas)	726.606	158.383	-	-	-	884.988
Venda para terceiros (em mil peças)	-	-	8.124	-	-	8.124
Investimento no período	45.926	2.194	7.623	-	-	55.743
Depreciação e amortização	(15.612)	(3)	(806)	-	-	(16.421)
Perda por redução por valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Ativo total	1.157.337	260.948	39.727	369.157	(815.238)	1.011.931
Passivo total	498.294	187.919	50.010	332.071	(619.718)	448.576
Patrimônio líquido	659.043	73.029	(10.283)	37.093	(195.527)	563.355
	31/12/2020					Total Consolidado
	Fibrocimento (i)	Crisotila (ii)	Telhas de concreto	Outros (iii)	Eliminações	
Receitas líquidas:						
Mercado Interno	519.989	-	15.315	14.421	-	549.725
Mercado Externo	-	133.698	-	-	-	133.698
	519.989	133.698	15.315	14.421	-	683.423
Custo dos produtos vendidos	(376.687)	(39.132)	(13.998)	(26.262)	-	(456.079)
Lucro/prejuízo bruto	143.302	94.566	1.317	(11.841)	-	227.344
(Despesas) Receitas operacionais	17.774	(36.905)	(7.077)	(12.522)	-	(38.730)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	161.076	57.661	(5.760)	(24.363)	-	188.614
Venda de produtos						
Venda para terceiros (em toneladas)	633.454	75.009	-	-	-	708.463
Venda para terceiros (em mil peças)	-	-	8.676	300	-	8.976
Investimento no período	6.212	24	5.011	196	-	11.443
Depreciação e amortização	(11.968)	(3.569)	(997)	(2.743)	-	(19.277)
Perda por redução por valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Ativo total	774.348	166.557	24.807	298.793	(519.237)	745.268
Passivo total	465.789	108.442	28.057	258.546	(330.463)	530.368
Patrimônio líquido	308.559	58.115	(3.250)	40.250	(188.774)	214.900

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (i) Contempla telhas de fibrocimento e sistemas construtivos;
- (ii) Operação para fins exclusivo de exportação do crisotila, amparada na vigência da Lei do estado de Goiás nº 20.514 e regulamentada pelo Decreto nº 9.518;
- (iii) Decorrente de receitas eventuais de aluguel da controlada Prel Empreendimentos e de estoques remanescentes da operação descontinuada de louças e metais.

26. Cobertura de seguros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam levar a prejuízos significativos ao patrimônio e/ou resultados do Grupo, incluindo os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados pela Eternit, sob orientação de seus consultores de seguros, contra eventuais riscos, estão relacionados a seguir. Esses seguros possuem vencimento médio em julho de 2022, renovados a partir de julho de 2021.

<u>Modalidade</u>	<u>Bens cobertos</u>	<u>Valor da cobertura</u>
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral, lucros cessantes e D&O.	Edifícios, instalações e equipamentos	R\$ 494.810
Veículos	Veículos	100% Tabela FIPE

27. Instrumentos financeiros

Política contábil

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, o Grupo pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- O Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item (ii) a seguir);
- O Grupo pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso o Grupo eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

i. Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Resultado financeiro líquido” (Nota Explicativa nº 27).

ii. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No reconhecimento inicial, o Grupo pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo (exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo).

Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados.

Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta “Receitas financeiras” no resultado.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

iii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ver itens (i) a (ii) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) e (ii) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros e patrimônio líquido

a) Classificação como dívida ou patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

b) Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

c) Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

d) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento do Grupo, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou
- O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

e) Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

27.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

(i) Análise dos instrumentos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	3.370	560	6.071	1.261
Aplicações financeiras	-	3.585	212.793	79.914
Contas a receber	68.592	51.872	153.229	89.938
Partes relacionadas	318.447	72.367	-	-
Total dos ativos financeiros	390.409	128.384	372.093	171.113
Passivos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	(33.096)	(31.434)	(50.201)	(60.536)
Empréstimos e financiamentos	-	(9.327)	(37.395)	(66.388)
Partes relacionadas	(106.904)	(115.931)	-	-
Obrigações de arrendamento	-	-	(7.786)	(9.176)
Outros passivos	(26.290)	(36.975)	(51.516)	(98.448)
Total passivos financeiros	(166.290)	(193.667)	(146.898)	(234.548)

(ii) Hierarquia do valor justo por meio do resultado

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

27.2 Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros foram captar recursos para as operações. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos à vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

O Grupo dispõe de procedimentos para administrar e utilizar instrumentos de proteção.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(i) Risco de mercado

O risco de mercado se refere ao valor justo dos fluxos de caixa futuros devido a variações nos preços de mercado. No caso do Grupo, ele engloba três tipos de risco: i) Risco de queda de demanda, ii) Risco de prejuízo na produção e iii) Riscos associados ao crescimento. Todos esses riscos são monitorados pela área financeira do Grupo.

(ii) Risco cambial

O risco cambial se refere a flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo a esse risco refere-se, principalmente, às atividades operacionais envolvendo, contas a pagar e contas a receber em moeda estrangeira e variações nas taxas de câmbio, principalmente o dólar norte-americano frente ao Real. O risco cambial pode impactar significativamente o resultado financeiro do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, o Grupo possuía a seguinte exposição a moedas diferentes da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em
	31/12/2021	31/12/2020	30/09/2021 (US\$1,00 = R\$1,00)
Cientes no mercado externo	80.347	35.940	5,5799 \$
Fornecedores no mercado externo	(3.748)	(10.523)	5,5805 \$
Total da exposição cambial	76.599	25.417	

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo foram preparados quatro cenários de moeda estrangeira em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado a seguir:

Saldos (moeda estrangeira) Consolidado	Risco	Taxa	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
		Posição em 31/12/2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD		5,5799	2,7900	4,1849	6,9749	8,3699
Cientes no mercado externo	USD	80.347	(40.174)	(20.087)	20.087	40.174
USD	USD	5,5805	2,7903	4,1854	6,9756	8,3708
Fornecedores no mercado externo	USD	(3.748)	1.874	937	(937)	(1.874)
Total das exposições		76.599	(38.300)	(19.150)	19.150	38.300

(iii) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros está associado ao valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuando devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Administração do Grupo gerencia esse risco através de projeções de caixa recorrentes, bem como projeções de resultados, além de aplicar uma política que mantém os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas que considera projeções do CDI para avaliar eventuais necessidades de caixa futura.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	-	3.585	212.793	79.914
Empréstimos e financiamentos	-	(9.327)	(37.396)	(66.388)
Total da exposição à taxa de juros	-	(5.742)	175.397	13.526

Administração do Grupo avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos equivalentes de caixa e empréstimos, a qual o Grupo estava exposto na data-base de 31 de dezembro 2021, foram definidos quatro cenários diferentes.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2021	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		4,42%	2,21%	3,32%	5,53%	6,63%
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	212.793	(4.703)	(2.351)	2.351	4.703
Total		212.793	(4.703)	(2.351)	2.351	4.703

Empréstimos e financiamentos - consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2021	Projeção despesas financeiras - um ano			
			Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		4,42%	2,21%	3,32%	5,53%	6,63%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(37.395)	826	413	(413)	(826)
		(37.395)	826	413	(413)	(826)
		175.398	(3.877)	(1.938)	1.938	3.877

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(iv) Risco de crédito

O Grupo está exposto principalmente ao risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

a) Contas a receber de clientes

O Grupo minimiza seu risco de crédito pela venda fragmentada para um grande número de clientes. Esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito, está refletido na rubrica “Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber”, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4.

b) Depósitos à vista e aplicações financeiras

O Grupo restringe os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e analisa as classificações de risco (*ratings*) das instituições financeiras com as quais aplica os saldos de caixa e equivalentes de caixa.

(v) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização e ou liquidação de seus direitos e obrigações.

A tesouraria do Grupo monitora continuamente as previsões de exigência de liquidez para assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, através da escolha de instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(vi) Gestão do capital

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo poderá rever a política de gestão de capital, a qual não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível Consolidado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudança nos objetivos, políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2020.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

28. Compromissos e garantias

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía as seguintes garantias:

- (i) Fiança bancária, no montante de R\$ 2.545, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do pagamento de execução fiscal nº 0486287-42.2009.8.09.0103, que tramita perante a Vara de Fazendas Públicas da Comarca de Minaçu, ajuizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, firmado com a Sama S.A., com vencimento indeterminado;
- (ii) Fiança bancária, no montante de R\$ 4.456, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás;
- (iii) Fiança bancária, no montante de R\$ 1.510, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do financiamento à agência de Fomento Goiás, firmado com a controlada Tégula;
- (iv) Seguro garantia, no montante de R\$ 7.409, junto a Pottencial Seguradora S.A para amparar a ação anulatória nº 0068035-46.2015.4.03.6182 referente a cobrança de débitos fiscais de CSLL e COFINS, com vigência de 12 de abril de 2021 a 12 de abril de 2026;
- (v) Seguro garantia, no montante de R\$ 375, junto a Fairfax Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Simões Filho - BA), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022;
- (vi) Em dezembro de 2014, a controlada Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário, com o Banco da Amazônia, para implementar sua fábrica em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, sendo seu valor de custo no montante de R\$ 62.500;
- (vii) Em 23 de fevereiro de 2018 a Eternit apresentou garantia com a fábrica Simões Filho no valor de R\$ 35.700 com sua vigência indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº. 0000883-76.2017.5.05.0101;
- (viii) Seguro garantia, no montante de R\$ 683, junto a Fairfax Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Colombo - PR), sendo a Eternit como tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022;
- (ix) Seguro garantia, no montante de R\$ 1.058, junto a Fairfax Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Rio de Janeiro - RJ), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2022;

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (x) Fiança Bancária, no montante de R\$ 226, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel da Sede Administrativa da Eternit, sendo a própria Eternit a tomadora e IMMOB III Fundo De Investimento Imobiliário - FII o beneficiário, com vigência de 28 de janeiro a 28 de fevereiro de 2022;
- (xi) Fiança Bancária, no montante de R\$ 1.744, junto ao Banco Daycoval para compra e venda de energia elétrica, sendo a TOMADORA, SAMA S.A MINERAÇÕES ASSOCIADAS, e a BENEFICIÁRIA, Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda, com vigência de 01 de março de 2021 a 25 de fevereiro de 2022;
- (xii) Fiança Bancária, no montante de R\$ 39, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel de Centro de Distribuição - Fortaleza-CE, sendo a própria Eternit S/A a tomadora e Construtora Caribe Ltda o beneficiário, com vigência de 01 de julho de 2021 a 30 de junho 2023.

29. Subvenções governamentais

Política contábil

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica “receita operacional líquida” e “outras receitas (despesas) operacionais” durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício.

Os benefícios recebidos na forma de subvenção governamental são reclassificados a partir da destinação do resultado do exercício para conta específica de reserva de capital Subvenção para Investimento no Patrimônio Líquido.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os valores das subvenções governamentais totalizavam R\$ 36.838 (R\$ 13.055 em 31 de dezembro de 2020), conforme descrito a seguir:

- (i) Agência de Fomento Goiás S.A empresa do Estado de Goiás - Fomentar. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve valores para esse benefício;
- (ii) Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o valor do benefício totalizou R\$ 6.251 (R\$1.045 em 31 de dezembro de 2020);
- (iii) Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o valor do benefício totalizou R\$ 9.692 (R\$ 4.819 em 31 de dezembro de 2020);
- (iv) Zona Franca de Manaus - Incentivo - Crédito Estímulo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 um montante de R\$ 12.329 foi utilizado (R\$ 5.875 em 31 de dezembro de 2020);
- (v) Zona Franca de Manaus - Incentivo - Crédito Presumido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, um montante de R\$ 8.566 foi utilizado (R\$ 3.958 em 31 de dezembro de 2020).

30. Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento que não afetaram caixa e equivalentes de caixa e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Amortizações partes relacionadas				
mútuos ativos x partes relacionadas				
mútuos passivos	-	81.304	-	-
Compensação Nota de Débito a Receber x Mútuo a Pagar	8.778	6.843	-	-
Amortização desconto de duplicata	-	(66.291)	-	(97.866)
Imposto de renda retido sobre mútuo	(104)	(305)	-	-
	<u>8.674</u>	<u>(21.551)</u>	<u>-</u>	<u>(97.866)</u>

31. Provisão para benefício pós-emprego

Política contábil

A Companhia, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de assistência médica e assistência alimentícia aos ex-empregados.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

i. Custo de aposentadoria e benefícios rescisórios

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de contribuição definida, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório. A remensuração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito das mudanças no teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem. A remensuração reconhecida em outros resultados abrangentes é refletida imediatamente em lucros acumulados e não será reclassificada para o resultado. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano. Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Os custos de benefícios definidos são classificados como segue:

- Custo de serviços (incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações);
- Despesa ou receita financeira líquida;
- Remensuração.

Ganhos e perdas de redução são contabilizados como custos de serviços passados.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos pela Companhia. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

Um passivo decorrente de um benefício rescisório é reconhecido quando a entidade não consegue mais retirar a oferta do benefício rescisório ou quando o Grupo reconhece quaisquer custos de reestruturação relacionados, dos dois o que ocorrer antes.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

ii. Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de outros benefícios a longo prazo são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros que se estima que sairão do Grupo referentes aos serviços efetuados pelo empregado até a data de reporte.

iii. Contribuições de empregados ou terceiros a planos de benefícios definidos

Contribuições discricionárias realizadas por empregados ou terceiros reduzem o custo sobre o pagamento dessas contribuições para o plano.

Quando os termos formais dos planos determinam que contribuições serão feitas pelos empregados ou terceiros, a contabilização depende das contribuições estarem relacionadas ao serviço ou não, conforme segue:

- Se as contribuições não estiverem vinculadas ao serviço (por exemplo, é necessário efetuar contribuições para reduzir um déficit resultante de perdas sobre os ativos do plano ou de perdas atuariais), elas afetam a reavaliação do passivo (ativo) associado com o benefício definido líquido;
- Se as contribuições estiverem vinculadas ao serviço, elas reduzem os custos do serviço. Se o valor da contribuição depender do tempo (anos) de serviço, a entidade deve atribuir as contribuições ao período de serviço utilizando o método de atribuição exigido no parágrafo 70 da IAS 19 / CPC 33 (para os benefícios brutos). Se o valor da contribuição for independente do tempo (anos) de serviço, a entidade pode reduzir o custo do serviço no período em que o serviço relacionado é prestado, ou reduzir o custo do serviço, atribuindo as contribuições ao período de serviço do empregado.

As premissas e os cálculos foram revisados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O impacto referente a remensuração dos planos reconhecido na demonstração de outros resultados abrangentes corresponde a perda atuarial de R\$ 6.708 na controladora e ganho atuarial de R\$ 8.206 no consolidado.

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

iv. Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2021	31/12/2020
Mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Taxa esperada de inflação	4,36% a.a.	4,00% a.a.
Taxa nominal de desconto	9,79% a.a. Sama (Alimentação)	6,94% a.a. Sama (Alimentação)
	9,84% a.a. Sama (Saúde)	7,35% a.a. Sama (Saúde)
	9,83% a.a. Eternit	7,42% a.a. Eternit
Aging fator	1,50% a.a.	1,50% a.a.
Taxa real de inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Rotatividade	NA	NA
Crescimento real do benefício	Inflação	Inflação

v. Passivo dos planos de benefícios pós-emprego

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	3.659	2.582	7.871	7.211
Não circulante	36.209	32.378	73.773	84.686
	39.868	34.960	81.624	91.897

a) Mudanças nas obrigações de benefícios e seus valores presentes definidos do plano em 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo atuarial líquido no início do exercício	34.960	40.347	91.897	101.604
Custo dos juros e serviços do exercício	2.500	3.980	6.479	9.983
Benefícios pagos	(4.300)	(2.622)	(8.546)	(7.205)
Ajustes de experiência (*)	6.708	(6.745)	(8.206)	(12.485)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	39.868	34.960	81.624	91.897

(*) Valor reconhecido em outros resultados abrangentes.

(i) Análise de sensibilidade:

Controladora	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento (0,5%)	Redução (0,5%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	39.868	1.770	1.906
Variação		4,44%	4,78%

Consolidado	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento (0,5%)	Redução (0,5%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	81.624	1.672	1.802
Variação		2,05%	2,21%

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- b) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021 (**)	31/12/2020 (*)	31/12/2021 (*)	31/12/2020 (*)
Dentro dos próximos 12 meses	3.659	2.582	7.851	7.211
Entre 2 e 5 anos	14.271	11.182	29.866	30.382
Após 5 anos	28.833	15.227	57.702	39.802
	46.763	28.991	95.419	77.395

(*) Projetado até o fim da vida do último beneficiado.

(**) Projetado para os próximos 15 anos.

32. Provisão desmobilização da mina

A controlada Sama registra provisão para potenciais desembolsos para o fechamento da mina de Cana Brava com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina - PAFEM, conforme Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente dos desembolsos esperados		
2021	2.370	1.821
2022	2.470	1.898
2023 a 2032	4.433	3.406
	9.273	7.125

A recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2023 e 2034, conforme alterações de prazo já detalhadas no contexto operacional.

Com base nas melhores informações, premissas e estimativas até a presente data, a Companhia realizou avaliação do Plano de Fechamento da Mina de Cana Brava para o exercício findo de 31 de dezembro de 2021, e complementou a provisão de custo da desmobilização da Mina em R\$ 2.148

Notas Explicativas S.A.
(Em Recuperação Judicial)



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

33. Provisão de reestruturação e desmobilização

Em 2016, a Companhia iniciou um processo de reestruturação em suas unidades de negócios com foco na recuperação da rentabilidade, redução de custos operacionais e encerramento de atividades de plantas deficitárias da controlada Tégula. No exercício de 2021, não houve movimentações.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Perda estimada na recuperabilidade de ativo das unidades desativadas Tégula	10.376	10.376
Total de ajuste com perda na recuperabilidade e provisão de reestruturação	10.376	10.376

34. Eventos subsequentes

Aquisição da Confibra

Em 10 de janeiro de 2022, a Eternit informou ao mercado que celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e os sócios da Confibra Indústria e Comércio Ltda. (“Confibra”) para aquisição de 100% do capital social da Confibra.

O preço de aquisição da totalidade das quotas da Confibra e do terreno onde a unidade está instalada é de R\$ 110 milhões (cento e dez milhões de reais). Adicionalmente, os vendedores terão direito ao recebimento de *earnout* no valor de R\$ 10 milhões (dez milhões de reais), corrigido pela variação do IPCA/IBGE, a depender do atingimento de determinadas metas financeiras referente ao exercício de 2022.

Em 16 de fevereiro de 2022 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a aquisição da Confibra. Dessa forma, a conclusão da operação está sujeita à aprovação da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”).

Ampliação da capacidade de produção de fibra de PP da unidade de Manaus

Em 18 de janeiro de 2022, a Companhia informou ao mercado que foi aprovado pelo Conselho de Administração a ampliação da unidade de Manaus, para 18.000 mil toneladas por ano de fibra de polipropileno, insumo na produção de telhas e sistemas construtivos. A ampliação da unidade representará um adicional em cerca de 40% da capacidade atual e terá investimento previsto de R\$ 24 milhões. A conclusão do projeto de ampliação da unidade está prevista para o final de 2023.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eternit S.A. (Em Recuperação Judicial)
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Eternit S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eternit S.A (Em recuperação judicial) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que detalha o Plano de Recuperação Judicial da Companhia (“Plano”) aprovado em Assembleia Geral de Credores e os meios para recuperação judicial a serem utilizados pela Companhia que ainda continuam em curso. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas está atrelada à recuperação judicial. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que informa que a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações civis públicas, que aguardam decisão, relacionadas ao ambiente de trabalho, a doenças ocupacionais e a danos morais aos trabalhadores originados pelo uso do amianto. A probabilidade de perda para parte dessas ações, conforme divulgado na referida nota explicativa, foi considerada pelos assessores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para essa parte, provisão para perda. Não foram divulgados os valores estimados para alguns processos considerados como perda possível, onde os assessores jurídicos não conseguiram realizar a respectiva mensuração, conforme divulgado na referida nota explicativa. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado

Anualmente a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) dos saldos de ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas, conforme divulgados na Nota Explicativa nº 10 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos e quanto à definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa;
- Avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC);
- Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações financeiras.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia está sujeita a potenciais riscos relacionados a processos tributários, cíveis e trabalhistas. Devido ao fato de que a avaliação quanto à necessidade ou não de reconhecimento de provisão inclui julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos sobre a probabilidade de perda financeira, assim como, pelo fato de que a divulgação de eventual perda possível está associada a possibilidade de mensuração confiável dela, esse tema foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria.

As ações mencionadas como eventos operacionais relevantes na Nota Explicativa nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão mencionadas em nosso parágrafo de ênfase.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Discussão com a Administração e o departamento jurídico da Companhia a respeito das políticas e dos procedimentos adotados para identificar, avaliar e contabilizar e/ou divulgar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Obtenção de confirmações formais dos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas;
- Reconciliação das informações recebidas dos consultores jurídicos externos com a posição do departamento jurídico utilizada como base para constituição das provisões contábeis e divulgação nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas;
- Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento e mensuração das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por estarem consistentes com os controles internos e com a documentação suporte mantida pela Companhia, incluindo a posição dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individual e consolidada, estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a

menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120459/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ETERNIT S.A.
em Recuperação Judicial
C.N.P.J. nº 61.092.037/0001-81
NIRE 35.300.013.344

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eternit S. A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou as informações individuais e consolidadas da Eternit S/A. – em Recuperação Judicial, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes SS, sem ressalvas.

Diante disso, bem como das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal, considera que os referidos documentos estão aptos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

Paulo Henrique Z. Funchal

Wilfredo João Vicente Gomes

João Vicente Silva Machado

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Membros da Diretoria da Eternit S.A., declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 22 de Fevereiro de 2022.

Eternit S.A.

A Diretoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os membros da Diretoria da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

São Paulo, 22 de Fevereiro de 2022.

Eternit S.A.

A Diretoria